

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CAMILA RODRIGUES DA CRUZ

O DIREITO À MORADIA E À CIDADE: a luta das mulheres no conjunto habitacional Sônia Monteiro em Delmiro Gouveia/AL

Delmiro Gouveia,

2021

CAMILA RODRIGUES DA CRUZ

O DIREITO À MORADIA E À CIDADE: a luta das mulheres no conjunto habitacional Sônia Monteiro em Delmiro Gouveia/AL

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como requisito para obtenção de Graduação em Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suana Medeiros Silva

Delmiro Gouveia,
2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Sâmela Rouse de Brito Silva – CRB-4/2063

C957d Cruz, Camila Rodrigues da

O direito à moradia e à cidade: a luta das mulheres no conjunto habitacional Sônia Monteiro em Delmiro Gouveia / Camila Rodrigues da Cruz. – 2021.
88 f. : il.

Orientação: Suana Medeiros Silva.
Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Delmiro Gouveia. 2. Direito à cidade. 3. Espaço urbano.
4. Mulheres e direito à cidade. I. Título.

CDU: 911.37(813.5)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTORA: Camila Rodrigues da Cruz

“O DIREITO À MORADIA E À CIDADE: a luta das mulheres no conjunto habitacional Sônia Monteiro em Delmiro Gouveia/AL” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 01 de junho de 2021.

Banca Examinadora:

Suana Medeiros Silva

Prof.^a Dr.^a Suana Medeiros Silva

(Orientadora)

Francisca Maria S. Vasconcelos

Prof.^a M^a Maria Francisca Teixeira Vasconcelos

(1^a Examinadora)

Wanubya Maria Menezes da Silva

Prof.^a M^a Wanubya Maria Menezes da Silva

Dedico este trabalho aos meus queridos avós Creuza e Alexandre (in memoriam), as minhas amadas tias Betânia e Irene (in memoriam), e a toda minha família. Como também, aos meus amigos e amigas e a todas as pessoas envolvidas para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Maria Rodrigues dos Santos que sempre me apoiou e me incentivou nos momentos mais difíceis, mulher que me inspira muito na vida.

A minha irmã Wellyda Rodrigues e a minha sobrinha Isys Valentina, pelos risos e carinho em momentos de estresse durante a realização desse trabalho. E a minha avó, Odetina Maria por sempre ter nos ajudado na vida. E ao meu pai Clodoaldo Lima da Cruz.

A Fernando Emmanuel pelo companheirismo, paciência e ajuda em todo processo de escrita desse trabalho.

As minhas amigas, Fernanda Telles que desde o início do curso esteve comigo e sempre foi muito solidária, e a Samara Farias por todo o apoio.

Aos amigos Marcos Antônio, Gabriel Batista, Igor Ribeiro, e Eduardo Neório pelo incentivo.

Ao meu amigo e parceiro de trabalho Joadson Andrade pela compreensão durante esse período de escrita.

A todos os amigos e amigas que estiveram comigo durante a graduação, em especial Geane Araújo, Dheny Lacerda e Denison Alcântara pelos momentos compartilhados.

Ao caro amigo Wagner Santos, por toda ajuda com a produção de mapas para esse trabalho e incentivo acadêmico.

Ao grupo de pesquisa GENTTES – Grupo de pesquisas sobre Gênero, Trabalho e Territórios, pelas discussões e leituras teóricas que não poderiam faltar na presente pesquisa, assim como, pelo incentivo a produção acadêmica.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Suana Medeiros Silva, pela orientação e por ter acreditado na minha proposta de pesquisa, sou imensamente grata pelos ensinamentos e pela atenção que me foi dada durante todo o processo de escrita e desenvolvimento deste trabalho.

A banca examinadora por aceitarem o convite e fazerem parte desse momento tão importante, a Prof.^a M^a Francisca Vasconcelos e a Prof.^a M^a Wanubya Menezes.

A todas as mulheres moradoras do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, especialmente as que contribuíram com este trabalho facilitando o desenvolvimento da presente pesquisa.

Ao presidente da Associação de Moradores do conjunto José Ivanildo, ao Lucas Jeison militante do Movimento de Organização de Base o MOB, a Neverton Nóia e as demais pessoas que de forma direta ou indireta colaboraram com esta pesquisa.

RESUMO

A habitação no Brasil é um dos principais problemas urbanos na contemporaneidade quando nos referimos à promoção de moradia para a classe trabalhadora, e sua realidade socioespacial. Se tratando das políticas públicas, pouco se avançou. Os movimentos de luta por moradia reivindicam que a propriedade cumpra sua função social, e que a cidade seja um espaço de uso coletivo. Nessa pesquisa, objetivamos analisar a luta por moradia a partir do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, em Delmiro Gouveia – AL, do PMCMV. Trazendo as mulheres como principais sujeitos da pesquisa, procuramos compreender aspectos do processo de ocupação e consolidação do conjunto. Em específico, buscamos analisar a luta das mulheres por moradia. Para essa investigação, realizamos o trabalho de campo e entrevistas com as moradoras, com um líder comunitário, com representantes de órgão público, e integrantes de movimentos sociais. Organizado a partir da revisão bibliográfica, analisaremos a problemática habitacional brasileira e seus desafios no século XXI.

Palavras-chave: Espaço urbano; políticas habitacionais; direito a cidade; mulheres e direito a cidade; luta por moradia.

ABSTRACT

The habitation is one of the principal urban issues in Brazil contemporaneity when referring to home promotion to the working class and their socio-spatial reality. When dealing about public politics, we haven't made much progress. The social struggle movements for dwelling claims that the property should fulfill its social function and also claims that the city should be a space for collective use. In this research, we objective to analyse the dwelling struggle from the Sônia Monteiro Housing, in Delmiro Gouveia - AL, from PMCMV. Dealing with the woman as the main research subjects we try to comprehend the occupation and housing consolidation aspects of the referred housing. Specifically, we intend to analyse the woman's struggle for housing. For this investigation we realized some field job and interviewed the residents, community leader, a government public representative and a social movement integral. Starting from the bibliographic revision we will analyse the brazillian habitational problematic and its challenges on the XXI century.

Keywords: Urban space; public politics;right to city; woman and the city; dwelling struggle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa de Localização.....	29
Figura 02 - Delimitação da Área de Estudo.....	31
Figura 03 - O processo de Construção e Ocupação do Conjunto Habitacional.....	34
Figura 04 - Ocupação Residencial por Gênero no Município de Delmiro Gouveia/AL.....	66
Figura 05 - A participação das Mulheres nos Espaços de Luta e Debate.....	69
Figura 06 - A situação habitacional das famílias do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro..	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
COB	Confederação Operária Brasileira
CGT	Confédération Générale du Travail
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCID	Ministério das Cidades
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTST	Movimento de Trabalhadores Sem Teto
MOB	Movimento de Organização de Base
ONU	Organização das Nações Unidas
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PROLIFURB	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMORAR	Programa de Erradicação da Sub-Habitação
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
RP	Resistência Popular
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SFS	Sistema Financeiro de Saneamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ENTENDENDO AS QUESTÕES URBANAS E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS	15
1.1 Políticas Públicas Habitacionais: algumas considerações sobre sua efetivação no Brasil .	15
1.2 A Construção e as apropriações do Espaço Urbano	19
1.3 Políticas Habitacionais no Brasil: um breve histórico.....	22
1.4 Programa Minha Casa, Minha Vida e o Conjunto Habitacional Sônia Monteiro – Bairro Eldorado, em Delmiro Gouveia/AL	27
2 O DIREITO DAS MULHERES À CIDADE.....	36
2.1 O gênero e o patriarcado na construção e organização dos espaços: o público e o privado.....	36
2.2 Cidades feitas para homens?.....	42
3 AS LUTAS POR MORADIA NO BRASIL E NO CONJUNTO HABITACIONAL SÔNIA MONTEIRO – DELMIRO GOUVEIA/AL PELAS MULHERES	47
3.1 Movimentos de Luta por Moradia no Brasil	47
3.2 As lutas das mulheres pelo acesso à terra e à moradia	60
3.3 A luta das mulheres por moradia na cidade de Delmiro Gouveia/AL; o caso do conjunto habitacional Sônia Monteiro.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES.....	85

INTRODUÇÃO

A realidade habitacional brasileira é uma problemática que importantes autoras e autores têm se dedicado a analisar. Nesse sentido, a questão habitacional é uma temática que desde o início do século XX vem sendo discutida no Brasil. Tratando-se dessa realidade, observamos que o acesso à moradia e o direito à cidade ainda são negados à classe trabalhadora. Evidencia-se que a realidade socioespacial da população brasileira é marcada pela desigualdade social. Dentro dessa perspectiva, ao abordarmos a problemática da moradia e do direito à cidade, buscamos compreender alguns aspectos da política pública habitacional no Brasil, a fim de entender de que forma ocorre a sua efetivação.

Sobre as políticas públicas habitacionais que discutiremos aqui, a intenção não é negar a importância destas. Porém, destacar que o modelo operacional adotado refletiu sobre a efetivação de tais políticas. O problema habitacional brasileiro foi tratado com superficialidade, assim, a atuação de algumas políticas limitou-se a outros interesses e não necessariamente à promoção de habitação popular para a população pobre. Como podemos observar a partir da criação da FCP – Fundação da Casa Popular (1946-1960), e com o BNH – Banco Nacional de Habitação (1964-1986).

A reprodução do espaço urbano, ao seguir a lógica do capital, torna-se um espaço cada vez mais restrito. Dessa maneira, se tratando das cidades brasileiras, constata-se que um dos problemas mais enfrentados pela população pobre é a falta de moradia digna, pois “é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada” (CARLOS, 2018, p. 49).

A cidade na sociedade capitalista acaba sendo na prática uma mercadoria, seus bens e serviços oferecidos de forma privada são geradores de lucro. Desse modo, o acesso à moradia quando não é garantido pelo Estado, só pode ocorrer por meio da compra ou do pagamento do aluguel do imóvel. Sem poder aquisitivo, a população de baixa renda sente de forma direta a falta de acesso à moradia e à cidade.

A criação do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado pelo governo federal brasileiro em 2009 em parceria com o mercado imobiliário e da construção civil, buscou resolver o problema da carência habitacional no país. No entanto, não cumpriu o seu objetivo principal, a construção de moradia para a classe trabalhadora. Acrescenta-se também, que sobre a questão habitacional brasileira, alguns estudos privilegiam a discussão do tema dando

ênfase as relações de classe. Entretanto, existem outras variáveis que merecem destaque dentro das análises que visam discutir a temática moradia e cidade. Nesse caso, a desigualdade de gênero nos leva a indagar, sobre como as mulheres vivenciam a negação e os desafios do acesso a moradia, e como tem sido a relação dessas mulheres com a cidade.

Nessa pesquisa, objetivamos analisar a luta por moradia a partir do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, localizado na cidade de Delmiro Gouveia – AL, fruto do Programa Minha Casa Minha Vida. Tendo as mulheres como principais sujeitos da pesquisa, buscamos compreender aspectos relacionados ao processo de ocupação do conjunto e como se deu a consolidação do mesmo, também conhecido como “As 369 casas”. Investigamos o que motivou a ocupação, quais os sujeitos envolvidos, suas pautas e suas reivindicações. E em específico, buscamos compreender a luta por moradia das mulheres que habitam o conjunto, a partir da participação e atuação delas nos espaços de debate, como nas reuniões da associação de moradores, nas atividades, nos debates e em atos de rua.

O presente estudo é resultado de revisão bibliográfica atrelada à realização de pesquisa de campo. A realização das entrevistas semiestruturadas foi parte essencial para a realização da pesquisa em questão. Para o levantamento das informações iniciais sobre a ocupação do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro e o programa que o mesmo integra, com a aplicação de questionários realizamos entrevistas com o Presidente da Associação de Moradores, e com o responsável por acompanhar o cadastro das famílias para as casas do PMCMV, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, Infância e Juventude. Realizamos também, entrevista virtual com um militante do movimento social de luta por moradia, de Curitiba, que faz parte do MOB – Movimento de Organização de Base. Desse modo, a realização das três entrevistas ocorreu entre os meses de julho de 2019 e fevereiro de 2020. A pesquisa conta também com a importante contribuição das 10 (dez) mulheres entrevistadas entre os meses de fevereiro e julho de 2020, nesse estudo, essas mulheres são moradoras do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro e sócias da associação de moradores. Aliás, a fim de preservar a identidade das mulheres e evitarmos constrangimentos, os nomes femininos utilizados aqui nas citações das entrevistas são fictícios. No total foram realizadas 13 entrevistas, com três homens e 10 mulheres.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Entendendo as Questões Urbanas e as Políticas Habitacionais Brasileiras”, analisamos a construção e a aplicação das políticas públicas habitacionais brasileiras, e aspectos de sua efetivação. Discute-se a reprodução do espaço urbano, e quais são as forças atuantes nesse processo. Acerca do surgimento das primeiras políticas habitacionais, fizemos uma breve análise sobre

o que marca as intervenções públicas no ramo da habitação popular. De forma resumida, abordamos sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, em seguida a pesquisa analisa o Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, que integra o PMCMV.

No segundo Capítulo, intitulado “O direito das Mulheres à Cidade”, discute-se os conceitos de gênero e patriarcado, e a organização dos espaços públicos e privados a partir do entendimento das relações de gênero. No terceiro capítulo, intitulado “As Lutas por Moradia no Brasil e no Conjunto Habitacional Sônia Monteiro – Delmiro Gouveia/AL pelas Mulheres”, para falarmos da luta por moradia no Brasil apresentamos a experiência de três movimentos: a Liga dos Inquilinos (1917-1919), o MTST – Movimento de Trabalhadores Sem Teto (1997), e o MOB – Movimento de Organização de Base (2013). Além disso, discutimos a luta das mulheres no contexto de acesso a terra e a moradia no Brasil, a partir dos impactos gerados as mulheres através da promulgação da Lei 601, 1850 “Lei de Terras”. Tratamos também, de algumas características que marcam as políticas de assistência social promovidas pelo Estado, e que são destinadas as mulheres. Para finalizar o capítulo, tratamos da luta das mulheres por moradia no Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, esse momento é dedicado a entender a inserção e a participação delas na luta por moradia, quais problemas elas enfrentam, quais pautas elas reivindicam, dentre outras coisas.

1 ENTENDENDO AS QUESTÕES URBANAS E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS

Ao analisarmos questões sobre a aplicação das políticas públicas habitacionais no cenário brasileiro observamos algumas falhas que comprometem a efetivação dessas políticas, sobretudo, quando o assunto é a promoção e a construção de moradias via a criação de programas para moradia popular e o direito a cidade. Nesse sentido, avaliamos que compreender o funcionamento da política habitacional brasileira a partir de sua atuação é de fundamental importância para entendermos quais os motivos de sua deficiência em relação a temática abordada. Desse modo, se tratando da efetivação de tais políticas habitacionais presume-se que em relação ao estabelecido por lei quanto ao direito não só a moradia, mas também a cidade, muito pouco tem sido realizado para que no Brasil a terra e o solo urbano cumpram sua função social.

1.1 Políticas Públicas Habitacionais: algumas considerações sobre sua efetivação no Brasil

No Brasil a não aplicabilidade de forma efetiva das políticas públicas habitacionais deve ser compreendida como uma negativa ao direito não só a moradia digna, mas também a cidade como um espaço que deve ser de uso comum a todo cidadão. Nesse sentido, se desejamos analisar o problema da moradia no século XXI, é necessário entender que as políticas públicas direcionadas a realização de programas habitacionais no Brasil não tem cumprido o estabelecido por lei no Estatuto da Cidade, Lei Federal de n.º 10.257 de 2001, criada para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que tratam da política de desenvolvimento do solo urbano e da função social da propriedade.

Assim, conforme o Capítulo I das Diretrizes Gerais Art. 1.º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei. Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2008, p.15).

Assim, compreendemos que a criação do Estatuto da Cidade foi um marco importante para viabilizar a participação da sociedade no processo de tomada de decisões, podendo ter como resultado a garantia de direitos. Porém, existe uma preocupação em relação ao modo como acontece à elaboração das leis desde o momento de sua articulação até sua aplicação.

Nesse sentido, conforme Fernandes (2007 apud HARVEY, 2012, p. 87) “Em 2001, um Estatuto da Cidade foi inserido na legislação brasileira, após pressão dos movimentos sociais, para reorganizar o direito coletivo à cidade”. Por certo, isso nos leva a questionar a maneira como esse processo tem sido conduzido, apontando para a necessidade em refletir o real significado da participação popular, sobretudo na tomada de decisões que dizem respeito à vida desses sujeitos. Ainda com relação ao Estatuto da Cidade, a Lei n.º 10.257 de 2001, enfatiza a autora Tonella (2013, p.32):

lei que representou um passo importante na formatação de uma política urbana participativa e com controle social. No capítulo da Gestão Democrática, está previsto, no artigo 20, inciso II, que a política urbana deve ser exercida como “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”. O capítulo IV, art. 43, prevê que, para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (TONELLA, 2013, p.32).

A omissão do Estado frente ao problema habitacional brasileiro tem dificultado o acesso à moradia no Brasil, e também deslegitimado a luta dos movimentos sociais urbanos que resistem à ideia da cidade enquanto apenas reprodutora do capital. Assim, no modelo de sociedade vigente, a terra e o solo urbano não cumprem sua função social. Em suma, esse acesso é conferido através da possibilidade de compra. Logo, o pagamento pela parcela do solo torna-se primordial a sua regulamentação enquanto posse para aqueles que puderem pagar por esse, contribuindo para a reprodução das relações capitalistas, essas com tendências a sobrepor o privado ao coletivo, assim como o econômico em detrimento do social.

Ainda assim, conforme o Art. 2º do Estatuto da Cidade “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (BRASIL, 2008, p.15). Nessa perspectiva, acredita-se que a aplicação de uma política habitacional com base na justiça social se realiza no cumprimento da função social seja em relação aos usos de uma cidade ou mesmo de uma propriedade, quando essa atua em prol do bem coletivo e da garantia de uma vida digna para determinada população independente de seu poder aquisitivo.

De acordo com Harvey (2012, p. 81) “a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade”. Por conseguinte, tais programas que deveriam atuar na efetivação do que consta na lei, têm assumido nesses últimos anos um caráter assistencialista.

Notável é a falta de competência das instâncias, estejam elas organizadas em escala Federal, Estadual ou Municipal. Pois não enxergam como prioridade as demandas da população de baixa renda com relação à discussão das estratégias e elaboração de projetos que visem a ampliação de programas para moradia digna e popular. Fato que contribui para o fortalecimento da classe dominante e dos grupos hegemônicos responsáveis pelo processo de reprodução ampliada do capital, conseqüentemente pelo agravamento da produção espacial. Segundo a autora Carlos (2018, p.83):

As desigualdades não podem mais ser ignoradas, não se pode mais governar forjando uma unanimidade. O acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, gerando a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira (CARLOS, 2018, p. 83).

Inclusive, esse privilégio tem corroborado para a manutenção da classe dominante, a principal interessada no processo de monopolização dos espaços. Conseqüentemente, contrária à cidade enquanto um bem de uso coletivo, um direito garantido, um bem que, apesar de ser concretamente produzido pelas mãos da classe trabalhadora, não é utilizada de forma igualitária. Dessa maneira, se tem como condição para acesso e uso dos lugares na sociedade vigente o poder de consumo. Desse modo, a segregação dos espaços na sociedade urbana merece análise constate, mediante o modo como o sistema capitalista tem conseguido se adequar modificando as novas relações construídas em sociedade à sua lógica. Para Santos (2009, p. 10):

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 2009, p. 10).

O capitalismo é o alicerce da cidade contemporânea, cuja forma expressa desigualdade espacial e pobreza social. Carlos (2018, p. 23) nos apresenta essa realidade na análise “o uso diferenciando da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social”. Logo, o entendimento dessa realidade espacial pelas populações de baixa renda é extremamente importante. Principalmente porque historicamente, são esses os sujeitos que sentem diretamente o processo de intensificação da pobreza socioespacial no Brasil.

Como sugere Lefebvre (2001, p. 138) “para aqueles que ainda duvidariam de sua existência como classe, a segregação e miséria de seu “habitar” designam na prática a classe operária”. O sentimento comunitário é parte adquirida no processo de gestação das lutas coletivas, essas são forjadas cotidianamente a partir das urgências ligadas as demandas que implicam a sobrevivência e permanência dessa classe em seu local de moradia. Nesse sentido, a percepção coletiva é de fundamental importância para o seu reconhecimento enquanto classe sem privilégios e regalias. De acordo com as ideias de Carlos (2018, p. 47- 48):

Para ter-se acesso a um pedaço de terra é necessário pagar por ele (através da venda ou do aluguel) pelo fato de que, na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica). O preço é expressão de seu valor. O valor de uso é sustentáculo conceitual do tratamento geográfico dos problemas de uso do solo. Todavia, a teoria do uso do solo urbano deve ser analisada a partir da teoria de valor, fundamentada na unidade valor de uso e valor de troca. A nosso ver, a discussão do valor do espaço nos remete à ideia de espaço-mercadoria, e à forma através da qual o espaço apropriado aparecerá como propriedade de alguém. Trabalhar com a forma de propriedade territorial significa estudar o caráter geral das relações espaciais de produção e monopólio de certas pessoas que está pressuposto na propriedade e que dá a elas o direito de dispor de determinadas parcelas do espaço geográfico como esferas privadas, excluindo os demais membros da sociedade e determinando como tal parcela será utilizada e qual a classe social que irá desfrutá-la. Isto se expressará na segregação espacial fruto da diferenciação de classe, de seu poder econômico, político e social (CARLOS, 2018, p. 47- 48).

Diante do exposto, acreditamos que quando se estuda sobre o valor do espaço na perspectiva do capital, notam-se os vestígios que evidenciam a contradição desse modelo de sociedade no qual a obtenção de lucro com a mercantilização do solo tem se efetivado a favor das investidas do capital. Tal situação é mais uma das inúmeras estratégias que os grupos hegemônicos na economia capitalista usam para submeter a produção do espaço a sua maneira. Nesse sentido, a produção da cidade seguirá as exigências da classe dominante intencionada na padronização espacial – num primeiro momento, com base no perfil de classe social das pessoas; em segundo, das formas espaciais, anunciando sua presença e domínio. Assim, segundo Lefebvre (2001, p. 51-52):

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estado e etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupo que compõe a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações etc.); ela não se reduz mais à organização dessas relações imediatas e diretas, nem suas metamorfoses se reduzem às mudanças nessas relações. Ela se situa num meio termo, a meio caminho daquilo que se chama de ordem próxima (relações de indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou

menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes. A ordem distante se institui neste nível “superior”, isto é neste nível dotado de poderes. Ela se impõe (LEFEBVRE, 2001, p. 51-52).

Dito isto, a cidade é também resultado de processos históricos, que estão vinculados a momentos da existência dos grupos sociais, e correspondem as necessidades de organização no espaço geográfico. Como também, a materialização dessas relações significa a estruturação da sociedade ao passo que as relações simbolizam a impressão no espaço de diferentes grupos sociais e suas instituições. Assim sendo, é válido lembrarmos que o conteúdo da cidade no tocante ao seu funcionamento é passível de mudança. Por isso, sua dinâmica não pode está voltada a atender ao chamado do capitalismo, sistema esse que se impõe e canaliza o processo de coisificação ao projetar o espaço-mercadoria. Em concordância com Carlos (2015, p. 28):

Na sociedade capitalista, o acesso ao solo urbano, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem nessa sociedade, produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida apoiados na existência da propriedade privada da riqueza social, que sob a forma do solo urbano, determina o acesso à vida urbana medida por um preço – como expressão de seu valor (CARLOS, 2015, p. 28).

Carecemos, no entanto, quando a discussão for relacionada à questão da moradia, buscar uma reflexão que leve em consideração o direito de morar como condição necessária a reprodução da vida. Logo, é preciso enxergar o preço da moradia no Brasil como uma determinante que limita esse acesso ao ponto de negligenciar esse direito as populações sem poder aquisitivo. Desse modo, é mais que necessário questionarmos a concentração pela elite brasileira da propriedade privada – uma vez que essa se realiza explorando a riqueza produzida socialmente – a fim de repensarmos sua distribuição de maneira igualitária. É somente assim, com base no uso coletivo, independente das relações subordinadas ao capital, que a terra e o solo urbano cumprirão sua função social.

1.2 A Construção e as apropriações do Espaço Urbano

Entender o espaço urbano e refletir sobre quais são as forças que atuam na produção do espaço urbano e de que forma essas se relacionam é essencial. Assim, no livro intitulado O Espaço Urbano, especificamente no capítulo 3 – Quem Produz o Espaço Urbano? – Corrêa (1989, p. 11) nos mostra como tais agentes agem influenciando na produção da cidade.

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem “[...]” (CORRÊA, 1989, p. 11, grifo nosso).

Nessa lógica, o movimento de reorganização espacial segue conectado com as práticas dos agentes sociais. Posto que, a produção e o consumo do espaço estarão ligados à ação dos sujeitos introduzidos no processo de sistematização da cidade. São esses sujeitos que dão corpo a vários segmentos da sociedade organizados em: os proprietários dos meios de produção¹, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários², os promotores imobiliários³, o Estado⁴ e os grupos sociais excluídos⁵. Nesse sentido, a fragmentação do espaço urbano tem revelado as condutas de diferentes frações da sociedade que se manifesta na forma como esses grupos se apropriam do espaço. Contudo, o uso dos espaços da cidade dá-se dentro de uma hierarquia, originando o conflito em torno da produção espacial. A apropriação do espaço pela elite brasileira realça sua cobiça quanto à exclusividade do solo urbano. Seguindo considerações de Junior (2018, p. 46):

1 No livro Espaço Urbano – Corrêa (1989) apresenta como esses agentes sociais atuam no ato de fazer e refazer a Cidade. Os proprietários dos meios de produção – os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço.

2 Os proprietários fundiários – proprietários de terra atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status.

3 Os promotores imobiliários – por promotores imobiliários entende-se um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente as seguintes operações. A - incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária, B - financiamento, C - estudo técnico, D - construção ou produção física do imóvel, E - comercialização ou transformação do capital-mercadoria em dinheiro-capital.

4 O Estado – refere-se ao fato de o Estado atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaços e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário.

5 Os grupos sociais excluídos – tem como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos aos centros das cidades – velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e subdivididas – a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distante do centro, e a favela.

Em meio a essa movimentação da produção global, o preço do trabalho diminui, mas o preço da moradia aumenta. O salário, a parte do valor criado no processo imediato da produção é paga ao trabalhador, tende a decrescer. O preço da moradia, ao contrário, realiza um valor acrescido, que é suposto, acima daquele criado no processo imediato de produção; porque, vendida a preço de monopólio, a moradia captura de toda a sociedade. Isso porque a propriedade da terra na produção de mercadoria tem que ser repostada como se fosse capital; por isso, instrumentalizada pela produção imobiliária, a propriedade da terra tem que incrementar a renda, mesmo que os lucros permaneçam normais, o que distancia de maneira permanente o trabalhador do acesso à moradia (JUNIOR, 2018, p. 46).

O distanciamento entre o salário e o preço da moradia deriva do sucesso da elite obtido na exploração da classe trabalhadora. Lembremos sempre que o projeto de sociedade ansiado pelos exploradores será sempre apoiado no capitalismo para perpetuação de seu poder de classe dominante. Logo, a terra na economia capitalista é posta como meio para maximização de lucros. A busca do capitalista pelo máximo rendimento é explicada pela concentração de terras nas mãos desse grupo. Assim, a casa própria para as populações de baixa renda é ainda um sonho muito distante, cuja realização demanda mudanças profundas na estrutura da sociedade. Em acordo com as ideias de Corrêa (1989, p. 21):

Na sociedade capitalista não há interesse das diferentes frações do capital envolvidas na produção de imóveis em produzir habitações populares. Isto se deve, basicamente, aos baixos níveis dos salários das camadas populares, face ao custo da habitação produzida capitalisticamente (CORRÊA, 1989, p. 21)

A inspiração dessas frações pela crescente expansão do sistema capitalista faz parte de sua estratégia política como conservação dessa classe no poder. Esse comportamento da burguesia brasileira sinaliza a construção de uma sociedade desigual, onde a classe trabalhadora é posta a margem dessa sociedade em diversos aspectos, sendo um deles, na questão da moradia. É importante ressaltar que essa marginalização varia de intensidade conforme os sujeitos – a partir do entendimento de classe, gênero, etnia e “raça”. Conforme escreve Junior (2018, p. 46):

O problema central da produção de moradias reside no fato de encontra-se no monopólio da propriedade da terra em condições de ser conduzido pelas mãos do capitalista. A terra é um bem natural, não produzido pelo trabalho do homem. Embora finita, ela é fundamental para conservar e desenvolver a vida. Sabendo disso, o capitalista faz de tudo que sua imaginação permite para obter remuneração cada vez maior pelo direito de propriedade dessa porção do planeta. E a produção de moradias possibilita-lhe obter essa remuneração (JUNIOR, 2018, p. 46).

A facilidade dada ao capitalista para que esse concentre e controle a terra caracteriza a harmonia entre o setor privado e o Estado. A aliança formada por esses agentes reforça a

ação do setor privado e incentiva a produção da cidade para os ricos. Desse modo, faz-se agora do solo urbano mercadoria de uso restrito. Assim, a apropriação espacial de modo desigual é resultante da subordinação do espaço as forças dominantes que aspiram à aceleração desse processo acumulativo do capital. Segundo considerações de Carlos (2018, p. 83):

Assim, o homem produz um mundo com o qual parece não se identificar. O espaço que ele produz, no processo de reprodução de sua vida, aparece como algo externo a ele. O espaço é produzido cada vez mais enquanto condição geral da produção e o Estado tem um papel fundamental para a reprodução do sistema e interfere produzindo infraestrutura e todo o aparato necessário à reprodução ininterrupta do processo de acumulação do capital “[...]” (CARLOS, 2018, p. 83, grifo nosso).

Não acreditamos que chegará um momento na história do capitalismo, em que esse sistema se dirija a classe trabalhadora com justiça social. Nesse sentido, o espaço como resultado do trabalho humano aparece como algo alheio à vida dos sujeitos que o produz. Nesse contexto, o reconhecimento da classe trabalhadora de sua posição dentro do processo produtivo é vista pela classe dominante como uma grande ameaça. Assim, manter a classe trabalhadora alienada às condições de seu trabalho é também fazer com que os grupos sociais que fazem parte dela não enxerguem no espaço marcas da exploração de seu trabalho.

1.3 Políticas Habitacionais no Brasil: um breve histórico

Institucionalmente a primeira representação de uma política habitacional brasileira tem sua realização em 1946⁶, a partir da Fundação da Casa Popular – (FCP), iniciativa que no tocante a realidade habitacional, se mostrou insuficiente não conseguindo equacionar e nem atingir os objetivos propostos em relação ao problema da moradia no Brasil. De acordo com Azevedo (1988, p. 107):

As primeiras intervenções públicas na área de habitação popular inserem-se nesse contexto e têm fundamentalmente como objetivo mostrar às populações urbanas de baixa renda a preocupação do governo com seus problemas. Apesar de a retórica dos discursos ser repleta de boas intenções, as realizações concretas se mostravam bastante modestas e de discutível impacto sobre as precárias condições de moradia das classes de baixa renda (AZEVEDO, 1988, p. 107).

⁶ Percebida a ineficiência em sanar os problemas da habitação por parte do setor privado, em 1937, o Estado assume a responsabilidade e propõe o financiamento de casas para aluguel, por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS), que criados por Vargas em seu governo não logrou êxito, pois estava à procura de rentabilidade ao invés do atendimento habitacional. A fundação da FCP seria mais uma tentativa de efetivação da política habitacional brasileira.

Desse modo, desde sua criação até a sua extinção em meados da década de 1960, a política habitacional da FCP, não foi efetivada a ponto de cumprir o seu objetivo principal, o de promover o acesso à moradia digna para a população de baixa renda. Aponta-se que a carência de recursos foi um problema que impediu sua efetivação enquanto política no enfrentamento à questão habitacional. No entanto, apesar de se institucionalizar como a primeira agência de nível nacional voltada exclusivamente para a construção de casas populares para as classes de baixa renda, desvia-se de seu foco principal ao se tornar uma política de cunho clientelista e político-eleitoreira. Segundo Azevedo (1988, p. 108):

Embora concebida para ser uma instituição com controle de recursos próprios e, portanto, com grande autonomia operacional, a FCP terminou por depender exclusivamente de verbas do orçamento federal e da maior ou menor boa-vontade dos governantes que se sucederam após sua criação (AZEVEDO, 1988, p. 108).

As medidas governamentais direcionadas à habitação popular não consideraram as condições de moradia das classes de baixa renda uma demanda pela qual deveriam se preocupar. Diante disso, com o agravamento da situação habitacional dos centros urbanos dessa época os trabalhadores direcionam suas reivindicações por melhorias ao Estado. Conforme Azevedo (1988, p. 107) “o grande marco do surgimento de legislação e de políticas sociais no Brasil foi a Revolução de 1930, que significou o fim do poder político exclusivo da oligarquia e a aparição das “massas urbanas” na arena política”, assim, analisa-se que até a década de 30 as questões sociais não tinham grande importância na agenda governamental, “a preocupação básica das autoridades era com o perigo que as favelas, cortiços e bairros populares poderiam representar no futuro, em termos de “contaminação” para a parte “sã” da cidade” (AZEVEDO, 1988, p. 107). Objetivando assim, isolar ao máximo a população pobre, evitando a espacialização dessa classe, por acreditarem que os seus lugares de moradia eram potenciais focos de enfermidades e doenças sociais. Ainda de acordo com Azevedo (1988, p. 108):

Teoricamente, a FCP preconizava várias medidas operacionais, objetivando o barateamento das casas populares e, por consequência, ampliando o acesso ao programa para uma parte considerável de setores de baixa renda. Entre essas medidas, incluíram-se diversos subsídios indiretos, como construir somente em terrenos doados pelas prefeituras, garantir baixas taxas de juros e um longo prazo de financiamento para o comprador final do imóvel. Entretanto, a inexistência de mecanismos de receita constante – pela falta de controle sobre os recursos estratégicos – e a perda de parte importante do capital investido – em função da ausência de indexação das prestações, num contexto inflacionário – acarretam um desempenho medíocre da instituição, no referente à produção quantitativa de casas populares. Desta maneira, ainda que formalmente os critérios de seleção privilegiassem as famílias numerosas de trabalhadores urbanos, e a não-correção das prestações tornasse a habitação popular acessível financeiramente aos candidatos de baixos rendimentos, na prática apenas

um pequeno número de “privilegiados” logrou acesso as referidas residências (AZEVEDO, 1988, p. 108).

O modo operacional adotado para o barateamento e aumento na produção das casas populares foi insignificante se pensarmos na distorção desse processo que seletivamente beneficiou pessoas com influência política, deixando de cumprir seu papel de política habitacional que nesta situação deveria ser o de produzir um maior número de residências e destiná-las as famílias de baixa renda. Essa postura demonstra o quanto a FCP esteve limitada a construir não só onde os recursos permitiam, e sim onde os interesses determinavam, passando a ser influenciada por interesses pessoais de autoridades que representavam poder, como o Governo Federal e até mesmo os próprios dirigentes da Fundação da Casa Popular. Conforme Azevedo (1988, p. 109), “após a chegada do governo militar em 1964 ao poder, a Fundação da Casa Popular passou a ser considerada pelas autoridades como uma instituição irrecuperável”. A intenção era decretar o fim da FCP e implantar o Banco Nacional da Habitação – BHN ao apresentar esse como uma nova instituição comprometida com a carência da habitação popular. De acordo com Rodrigues (1991, p. 57):

Em agosto de 1964, com a lei 4.380 é instituído o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Federal de Habitação, com os objetivos de coordenar a política habitacional dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria, melhoria do padrão habitacional e do ambiente; eliminar as favelas; aumentar o investimento da indústria de construção e estimular a poupança privada e o investimento. A política habitacional emerge com o propósito de diminuir o déficit habitacional e gerar novos empregos com o aumento das construções. Como a indústria de construção civil utiliza mão-de-obra em larga escala, incentivar a indústria de construção é também tentar atenuar a crise econômica. Ao mesmo tempo difunde mais a ideologia da “casa própria”, contribui para a “estabilidade social” e torna os proprietários “aliados da ordem”, como disse o então Ministro Roberto Campos (RODRIGUES, 1991, p. 57).

A situação política nesse contexto era muito delicada, e os impasses políticos levaram a queda de governo do presidente João Goulart, ainda em março de 1964. Consequentemente, as forças armadas assumem o poder nesse mesmo ano, passando o Brasil a ter como novo presidente o Marechal Castelo Branco, onde sob seu governo ocorre uma forte concentração de poder.

Os interesses de ordem política foram os principais estimuladores da criação do Banco Nacional de Habitação em 1964. O novo regime militar procurou se mostrar capaz de lidar com os problemas sociais, ao dizer que resolveria o problema da moradia. Logo, era preciso ganhar a simpatia de alguns setores que eram formados pelas massas populares. Conforme Azevedo (1988, p. 109) “nesse projeto, igualmente encontrava-se implícita a ideia de que a

casa própria poderia desempenhar um papel ideológico importante, transformando o trabalhador de contestador em “aliado da ordem”.⁷ Ademais, a difusão do ideal da casa própria foi para o BNH⁷ um importante elemento formador de sua política econômica fundamentada na produção de moradias, ao assumir uma política habitacional com bases no modelo empresarial. Seguindo aponta Azevedo (1988, p. 110):

A nova política materializou-se através da implantação de uma completa rede de agências públicas e privadas que funcionavam sob a égide do BNH. Paulatinamente, o Banco limitou seu papel ao de um órgão normativo e de supervisão, deixando a seus diferentes agentes especializados a aplicação de sua política. O mercado imobiliário foi estratificado segundo níveis de renda dos mutuários (popular, econômico e médio), cada qual com sob a responsabilidade de um agente promotor e com legislação específica (AZEVEDO, 1988, p. 110).

O rápido crescimento do Banco Nacional de Habitação faz desse aparelho institucional um grande agente provedor de atividades ligadas à produção do espaço urbano, de forma que progressivamente o BNH é reconhecido enquanto um banco de desenvolvimento urbano responsável pela oferta de um conjunto de atividades – saneamento básico, financiamento de material de construção, transporte e etc. A mudança na provisão de atividades significou o direcionamento da ação empresarial para outros serviços, com a cobrança de tarifas que fossem capazes de custear as operações dirigidas pelo BNH, que antes eram da competência de governos locais.

A lógica empresarial que esteve presente neste aparelho desde sua criação foi sempre muito marcante no tocante as suas ações, e como consequência os conflitos entre os objetivos sociais e o empresarial tendiam a se intensificarem. Desse modo, com o fim do regime militar em 1985, no ano seguinte ocorre a extinção do BNH. Diante disso, vale mencionar que “é nas décadas de 70 e 80 que a sociedade civil emerge como um dos atores sociais centrais no processo de democratização” (SEINO; ALGARVE; GOBBO, 2013, p. 33). Assim, a extinção do BNH em 1986 se dá dentro de um contexto onde o Brasil se encontra em processo de reabertura democrática.

⁷ Para auxiliar o lado empresarial do BHN, foi criado o Sistema Financeiro Habitacional (SFH), que captava recursos advindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – instituído através da Lei n.5.107, no dia 14 de setembro de 1966, tipo de poupança compulsória, constituída com base em 8% dos salários do mercado de trabalho formal e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) com base no sistema de poupança voluntária. O FGTS deveria ser usado para financiar obras para a população de baixa renda, enquanto o SBPE deveria atender financeiramente o setor de classe média e alta.

Com a extinção do BNH em 86, a Caixa Econômica Federal (CEF), passa a administrar os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estabelecendo parcerias com órgãos responsáveis pela formulação e implementação da política habitacional no Brasil.

Segundo Tonella (2013, p. 33):

A criação do Ministério das Cidades, em 2003, significou um ponto de partida importante para todos os segmentos envolvidos com as lutas urbanas, pois, pela primeira vez, tem-se um tratamento integrado de todas as políticas urbanas, na medida em que se superou o recorte setorial da habitação, do saneamento, dos transportes e mobilidade urbana para integrá-los, levando em consideração o uso e ocupação do solo. A estrutura do Ministério das Cidades foi apontado como uma novidade, não só no território brasileiro, mas em toda América Latina. Sua importância aumenta quando se constata que, no passado recente, as marcas da política urbana foram ausência de planejamento e desarticulação. Por exemplo, o caso no caso da política de habitação, com o fim do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, o que se seguiu foi uma constante reformulação do setor, com descontrole nos gastos públicos (TONELLA, 2013, p. 33).

Até a criação do Ministério das Cidades (MCID)⁸, a última intervenção do Governo Federal com relação à proposta de políticas urbanas e sua implementação se deu durante o regime militar (1964-1985). Desse modo, criar o MCID, foi também uma forma de retomar o debate acerca da política habitacional no Brasil, no intuito de situar mais uma vez o Governo Federal dentro do debate sobre a política urbana. A década de 1980 é também decisiva no que diz respeito à questão habitacional, com a crise fiscal que atinge todo o país, como também, a falência do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), acarretando sérios danos às políticas urbanas e setoriais cuja formulação e implementação aconteceram no regime militar. Segundo colocações de Tonella (2013, p. 31):

As lutas sociais articuladas em torno da derrubada do regime militar ao longo dos anos, de 1970 a início de 1980, contribuíram para que a questão urbana ganhasse a cena política. Inúmeras entidades que estavam organizadas em bairros periféricos, em torno de segmentos profissionais, de gênero e etnia, articularam-se em nível nacional e desembocaram na elaboração de uma proposta para a Assembleia Nacional Constituinte de 1986, concretizada na proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana. Por todo o País, uma teia de movimentos populares estruturou-se a partir de suas questões específicas, mas contribuindo para o fortalecimento do todo: mutuários do BNH, inquilinos, loteamentos clandestinos e irregulares, moradores de cortiços, favelados, mutirantes etc.. (TONELLA, 2013, p. 31).

⁸ O Ministério das Cidades nasce como proposta do Projeto Moradia, elaborado em 2000, a pedido na época do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sete profissionais tocavam as atividades dentro do MCID – Ermínia Maricato, Nabil Bonduki, Pedro Paulo Martoni Branco, Lúcio Kovarick, Iara Bernardi, Evaniza Rodrigues e André Luiz de Souza. No dia 1º de janeiro de 2019 seu fim é decretado pelo atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, passando a não existir mais enquanto ministério independente.

A instabilidade que historicamente acompanhou as formulações e tentativas mal sucedidas de efetivação das políticas habitacionais no Brasil é reveladora de um problema que esteve muito presente: a rápida criação e extinção de programas habitacionais. Neste contexto, a articulação dos diferentes grupos em tempos de grande perseguição nos revela a importância do reconhecimento da moradia como um direito, e dessa luta representar a resistência a ser travada contra todas as formas de manutenção da política urbana que atrelada ao capital imobiliário, privilegia a indústria de construção e o capital financeiro. De acordo com Maricato (1987, p. 29) “Não há praticamente subsídio à habitação proletária, e a forma dominante (oficial) de provisão de habitação no Brasil é a casa própria”. Nesse sentido, o BNH, foi alvo de severas críticas. Ainda em meados da década de 1970, há uma tentativa do BNH de voltar a atuar no setor da classe de menor poder aquisitivo, que não se enquadrava nos requisitos que o SFH julgava necessários para conceder financiamentos. Desse modo, essa inserção se efetiva através da criação de alguns programas como: Profilurb – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados, Promorar – Programa de Erradicação da Sub-Habitação, e Programa João de Barro (Programa de Autoconstrução).

1.4 Programa Minha Casa, Minha Vida e o Conjunto Habitacional Sônia Monteiro – Bairro Eldorado, em Delmiro Gouveia/AL

À primeira vista, a iniciação do Programa Minha Casa, Minha vida (PMCMV) consolidado pela Lei n. 11.977, de 7 de julho em 2009 traria mudanças na política habitacional do Brasil, que visava assegurar as camadas populares proporcionando-lhes moradia. Porém, os desdobramentos quanto a sua execução não foram de encontro às expectativas da classe trabalhadora brasileira, que ao se imaginar amparada pelo PMCMV, mais uma vez, é desassistida pelo endurecimento de uma política habitacional que persiste em naturalizar sua improcedência se firmando na prática como aquecedora do mercado imobiliário. De acordo com Araújo, Cunha e Santos (2017, p. 3):

Nos últimos anos no Brasil percebe-se um boom do mercado imobiliário aquecido, sobretudo pelo programa Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Lançando pelo governo federal brasileiro em 2009, o programa existe através da parceria do governo com os mercados imobiliários e da construção civil, realizada com o intuito de frear o revés econômico que o Brasil vinha sofrendo com a crise mundial de 2008, além de enfrentar o déficit habitacional no país (ARAÚJO; CUNHA; SANTOS, 2017, p. 3).

Analisa-se que o “déficit habitacional crônico e a necessidade de manter o Brasil como receptor de dinheiro mundial em busca de remuneração se articulam a partir de uma política anticíclica editada em caráter de urgência - o Programa Minha Casa Minha Vida”, (MARTINS, 2016, p. 87). Desencadeada pela desestabilização das economias centrais a crise mundial de 2008 tem seus reflexos no Brasil. Todavia, o ano de 2009 é inaugurado com a implementação do PMCMV, que é noticiado como uma das medidas que manteriam a economia brasileira aquecida em face da conjuntura comprometida pela crise financeira global. Além disso, uma das principais questões associadas à crise de 2008 foi à expansão do crédito, ou seja, as opções para empréstimos de dinheiro.

Criado supostamente para corrigir o problema habitacional no Brasil, o PMCMV em seus 10 anos de existência procurou subsidiar a compra da casa própria via financiamentos que variam de acordo com a renda das famílias, e como critério para o oferecimento das menores taxas de juros o programa analisa o perfil econômico destas. Nesse sentido, as regras do programa segue uma classificação por faixas. Conforme Souza, em matéria disponível no site Politize (2017):

Faixa 1: são as famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil”, “Faixa 1,5: inclui as famílias com renda mensal até R\$ 2.600,00”, “Faixa 2: para famílias com rendimento mensal até R\$ 4 mil” e “Faixa 3: é para as famílias com renda de até R\$ 9 mil mensais (POLITIZE, 2017).

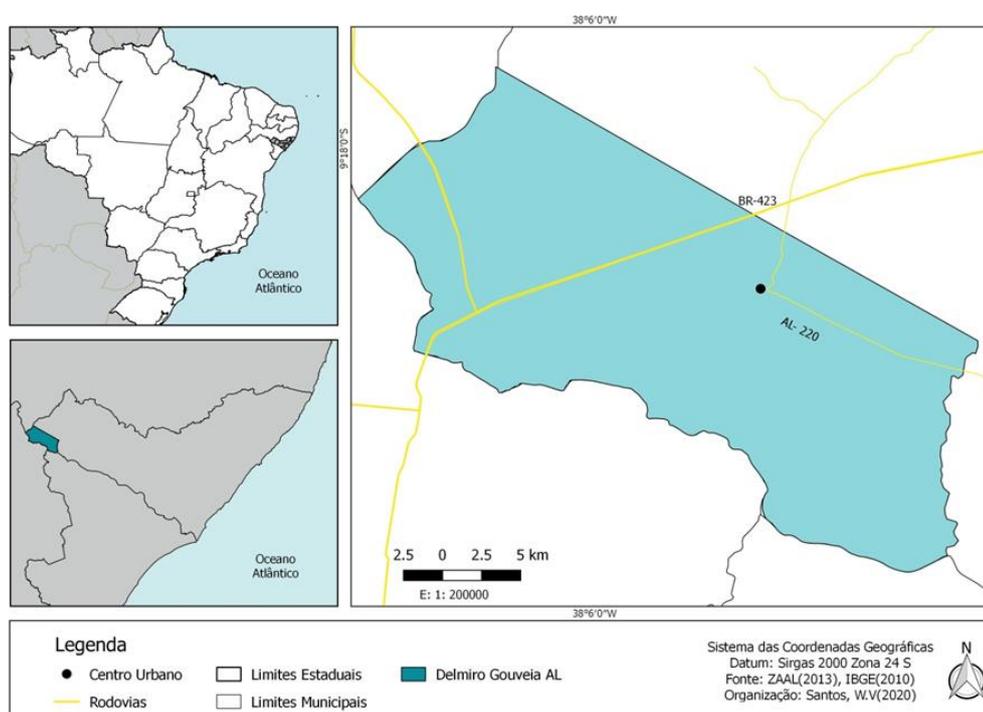
Dessa forma, além da classificação mencionada, tem-se o limite de renda como parâmetro que estabelece a aplicação e a porcentagem anual de juros, como também, os acordos em relação ao valor máximo do imóvel, o tempo para seu financiamento, e os subsídios para cada faixa. Vale dizer, que das faixas mencionadas apenas a terceira faixa não conta com subsídio. Ademais, para expandir o acesso a seus recursos o PMCMV se organiza também por meio de subprogramas, fundos e modalidades.

Após a breve exposição sobre o funcionamento da política habitacional no Brasil, e de iniciarmos a discussão sobre alguns aspectos que comprometem sua efetivação, faremos a análise do conjunto habitacional que integra o PMCMV estudado nesse trabalho: o Conjunto Habitacional Sônia Monteiro – Bairro/Eldorado, localizado na cidade de Delmiro Gouveia – AL. Com essa análise, buscaremos entender como se deu o processo de ocupação das casas e a consolidação do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro.

A entrega do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro mais conhecido como “as 369 casas” representava para as famílias beneficiadas com o Programa Minha Casa, Minha Vida, a felicidade de se ter a casa própria. Porém, para a infelicidade das famílias cadastradas a entrega das casas, com a completa finalização das obras e infraestrutura básica foi algo que não se concretizou. Desse modo, é através do processo de ocupação das casas que as famílias passam a habitar o conjunto. Vale ressaltar, que a ocupação do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro acontece devido a não entrega das casas e ao descaso em relação à continuidade com as obras do conjunto.

Além do referencial bibliográfico como base teórica que debate a questão habitacional brasileira, para a realização do presente trabalho foi necessário o levantamento de informações sobre o conjunto no qual esse estudo procura analisar, a partir da realização das entrevistas semiestruturadas. Desse modo, o trabalho de campo foi parte crucial. Nesse primeiro momento, procurou-se sistematizar os pontos a serem discutidos na pesquisa à medida que as entrevistas iam sendo realizadas. Para isso, realizamos visitas a órgãos públicos da cidade, e também ao Conjunto Habitacional Sônia Monteiro. Inicialmente, entrevistamos o José Ivanildo da Silva, presidente da Associação de Moradores do conjunto habitacional. E em seguida, o Neverton Nóia da Silva, que acompanhou o cadastro das famílias para as casas na época em que trabalhou na Secretaria de Desenvolvimento Social, Infância e Juventude.

Figura 1 - Mapa de Localização



Fonte: ZAAL (2013), IBGE (2010), Organização: Santos, W.V (2020).

Localizado em Delmiro Gouveia/AL, o Conjunto Habitacional Sônia Monteiro tem sido a única opção de moradia para “as 260 famílias”, que habitam o conjunto através da ocupação do mesmo, afirma o presidente da Associação de Moradores (JOSÉ, 37 ANOS, 2019). De acordo com Souza, em matéria disponível no G1 de Alagoas no ano 2013:

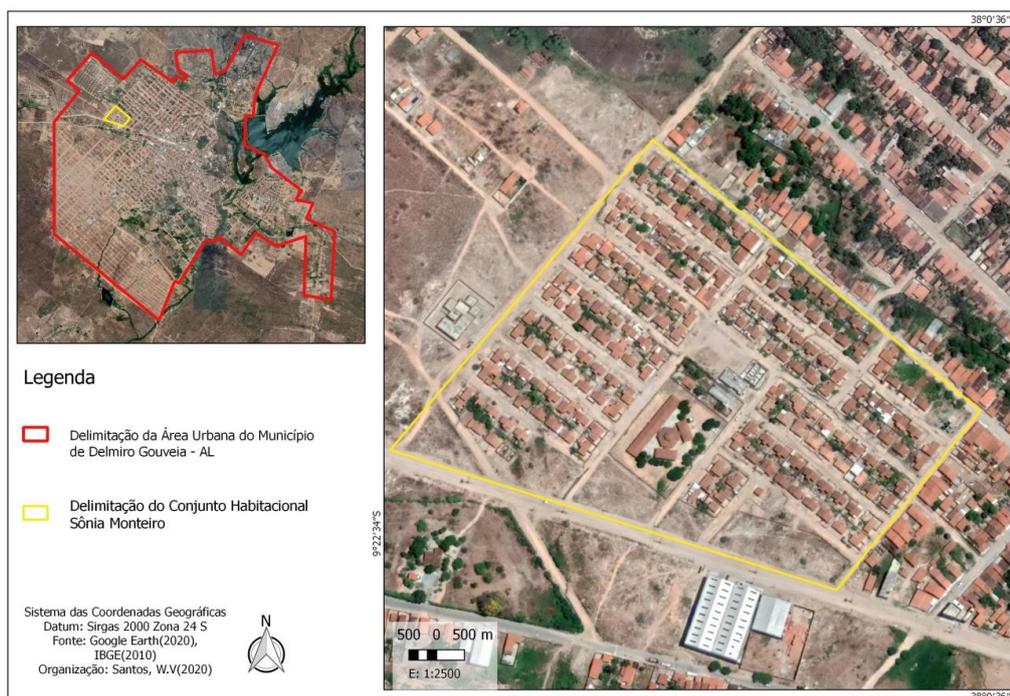
O Conjunto Residencial Delmiro Gouveia, com 369 casas destinadas a famílias de baixa renda, é custeado pelo Governo Federal em parceria com o Governo do Estado e Caixa Econômica Federal. Estão sendo investidos R\$ 4,4 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão de recursos estaduais. Em 2009, foi realizado um cadastro das famílias que serão beneficiadas com as habitações. De acordo com a Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas (Seinfra), as obras tiveram início em 2010 (G1 ALAGOAS, 2013).

Com as obras iniciadas no ano 2010 o conjunto foi alvo de constantes paralizações que dificultavam sua conclusão e entrega para as famílias. Segundo Souza, em matéria disponível no G1 de Alagoas no ano 2013:

Por determinação da Caixa, a construção das casas só pode avançar de forma paralela à infraestrutura. Como o assunto já vem sendo discutido com a prefeitura, a perspectiva é de que a obra seja retomada e concluída ainda em 2013, afirmou a Seinfra (G1 ALAGOAS, 2013).

De acordo com as informações dispostas no portal de notícias do G1 de Alagoas, podemos perceber que a falta de comunicação entre as partes proponentes e envolvidas na execução do programa, foi um ponto muito negativo que refletiu sobre a continuidade das obras, e conseqüentemente com a não conclusão do conjunto. A seguir na Figura 2, temos o Mapa de Localização do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro.

Figura 2 - Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Google Earth (2020), IBGE (2010), Organização: Santos, W.V (2020).

Como já mencionamos anteriormente uma das pessoas que entrevistamos para essa pesquisa, foi o presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro. Quando perguntado sobre o processo de ocupação do conjunto, José Ivanildo responde:

O que levou isso aí foi à questão da demora da entrega, né? Que na verdade deveria ter acontecido para os próprios beneficiários. Mas o que foi que ocorreu? As casas todas abandonadas lá! E algumas pessoas né que na verdade viram que não tinha interesse e ocuparam. Então, o que foi que ocorreu? Quando essa turma começou a entrar para se ocupar, isso se eu não me engano foi em... É, aconteceu ali pelos moradores realmente da Rua do Índio pela demora. Foi feito uma comissão de debates na câmara de vereador aonde eu fui a Maceió e cobrar que fosse realmente finalizada e entregue as casas aos contemplados. Então, o que ocorreu? A firma, e o Estado não resolveram o processo de tempo que tinha pra finalizar e o povo decidiram ocupar! Então, foi isso... Foi pela parte da demora da firma mesmo, por esta também abandonada, o tempo de abandono foi o que levou a ocupação das 369. Aí a ocupação das casas ocorreu foi por causa disso daí. Foi o abandono da firma né? É de anos que a firma não tinha finalizado as casas. Então, por esse motivo aí houve a questão da ocupação foi por parte de abandono da firma.⁹

Existem contradições nas informações que foram difundidas na sociedade delmireense afirmam ser a “invasão” das casas pelas famílias o principal fator que impediu a conclusão e entrega do conjunto, quando na realidade, a população que não tem seu direito a moradia garantido, é quem está sendo espoliada. Verifica-se que esse tipo de discurso tem buscado des-

⁹ Entrevista feita ao José Ivanildo da Silva, presidente da associação de moradores do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro em 12 de Julho de 2019.

legitimar a luta por moradia no Brasil. Assim é um discurso que precisa ser desconstruído dentro dos espaços de luta pela garantia ao direito de participação na sociedade, pois “Ocupar não é um crime, é um direito. Os trabalhadores sem teto que ocupam estão exigindo o cumprimento da função social da propriedade e reivindicando legitimamente o direito a moradia digna”, (BOULOS, 2012, p. 46).

Sobre o programa a qual o conjunto habitacional faz parte o presidente da associação de moradores e também morador da “ocupação” José Ivanildo responde:

Esse projeto dessas casas foi um projeto desenvolvido pelo ministério das cidades. Onde foi feito inscrições de 1.000 pessoas, foram selecionadas e sorteadas 369 famílias. Foram mil inscritas e sorteadas 369 famílias. Na época, é pessoas realmente que não tinha moradia e era consideradas pessoas de classe baixa mesmo, sabe? É... de classe baixa, que não tinha um lugar pra morar que pagava aluguel, que era beneficiário do programa bolsa família. Então essas casas foram destinadas as pessoas de baixa renda. Esse processo de inscrição foi feito em parceria com a secretaria de habitação de Maceió. Né... o projeto do Estado, de Governo Federal e Estadual. E... entrou com a verba a caixa Federal, entrou com a verba o financeiro. E o Município, entrou com a parte do terreno e as inscrições foram feitas também pela secretaria de assistencial social através da caixa Econômica Federal.¹⁰

O Ministério das Cidades foi uma das entidades que relacionada ao programa tinha por responsabilidade estabelecer regras, diretrizes e as condições de efetivação do programa de habitação. Desse modo, definia de que forma seria realizada a distribuição de recursos federais entre os estados. Outra responsabilidade que competia ao Ministério das Cidades era o acompanhamento e a avaliação do desempenho do programa. Em articulação com o MCID, o Ministério da Fazenda junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tinham o encargo de fazer a revisão anual das regras referentes ao limite de renda dos beneficiários do programa. Assim, entre as esferas – Federal, estadual, municipal é que se estabelecem os termos de adesão para participação nos programas, como também, as condições de ingresso ao programa para seus habitantes. Em relação à participação das empresas do setor de construção civil, essa consiste na apresentação de propostas ao encaminhar a execução de projetos de unidades habitacionais, dentro das normas estabelecidas pelo programa.

Além do mais, um dos critérios que pode garantir a participação das famílias de baixa renda no programa habitacional é estarem previamente inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais. A convocação das famílias depende desse cadastro, podendo se cadastrar nele famílias com renda de até três salários mínimos. Assim, o cadastro único funciona a partir do levantamento de informações, dando materialidade a um mapa de vulnerabilidade social e

10. Continuação da entrevista cedida pelo presidente da associação de moradores no dia 12 de Julho de 2019.

socioeconômico, servindo para as famílias como porta de entrada às políticas públicas. Seguindo o Coordenador da Casa dos Conselhos de Direitos e Setoriais, Neverton Nóia da Silva:

O Conjunto Habitacional Sônia Monteiro faz parte do PMCMV que tem sua implementação em Delmiro Gouveia ainda na gestão do ex-prefeito Lula Cabeleira. Atualmente apenas 80 famílias têm os títulos das residências e estão regularizadas, outras estão aguardando o processo socioeconômico – para público... Que são as famílias que estejam cadastradas no cadastro único. O cadastro das famílias foi realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social da Infância e Juventude¹¹

Um dos principais pontos de pauta discutido pelas famílias dentro da ocupação atualmente tem sido o direito de permanecerem nas casas. Nesse sentido, a permanência das famílias nas casas depende também das condições básicas de reprodução da vida no conjunto habitacional. Como também, do processo de regularização das casas, via entrega da documentação residencial as famílias que foram cadastradas. Conforme relata o presidente da associação de moradores José Ivanildo da Silva:

A parte da documentação é o Estado, só vai liberar pra quem realmente é contemplado que se encontra hoje dentro do conjunto. Né, essa parte de documentação que são os contemplados, vai ser liberado dessa forma, pra quem for contemplado e comprovado aí essas pessoas iram receber os documentos.¹²

Acerca disso, nos é razoável indagarmos sobre a demora da conclusão das casas, que até os dias de hoje não foram concluídas pelos responsáveis pela implementação do programa. Inclusive, esse acontecimento de certa forma impossibilitou a completa entrega do conjunto com a devida documentação das referidas 369 casas. Observamos que tamanho tem sido o descaso com a comunidade beneficiária do programa. A seguir os Mapas da Figura 3, representam a “evolução” do Conjunto Habitacional delimitados na cor vermelha.

11 Entrevista feita ao Neverton Nóia da Silva, que acompanhou o cadastro das famílias para as casas na época que trabalhou na secretaria de desenvolvimento social, infância e juventude. E que atualmente é coordenador da casa dos conselhos e direitos setoriais em Delmiro Gouveia – AL, em 05 de Fevereiro de 2020.

12 Continuação da entrevista cedida pelo presidente da associação de moradores no dia 12 de Julho de 2019.

Figuras 3 - O Processo de Construção e Ocupação do Conjunto Habitacional



Fonte: GOOGLE EARTH (2008)



Fonte: GOOGLE EARTH (2010)



Fonte: GOOGLE EARTH (2011)



Fonte: GOOGLE EARTH (2013)



Fonte: GOOGLE EARTH (2016)



Fonte: GOOGLE EARTH (2019)

A ocupação das casas se deu de forma gradativa por dois motivos: primeiro pelo número de casas disponíveis devido a constante paralisação das obras, e segundo pela forma como a ocupação das casas foi vista por parte da sociedade local, uma vez que as famílias ocupantes inicialmente sofreram muitas críticas que visavam deslegitimar a luta iniciada por elas no processo de ocupação do conjunto. Desse modo, considerando o que foi dito anteriormente sobre o que ocasionou a ocupação das casas, observa-se que desde o ano de 2010 as famílias esperavam pela entrega do conjunto, desse modo a demora em relação a conclusão completa e entrega das casas foi algo decisório para que algumas famílias aos poucos iniciassem a ocupação das casas do conjunto.

Destaca-se que em relação a precisão quanto ao dia e ano em que ocorreu a ocupação, considerando o que foi exposto acima não temos uma data e nem um ano exato. Porém, segundo Souza, em matéria disponível no G1 de Alagoas no ano 2013:

As obras tiveram início em 2010 e foram paralisadas no último mês de junho, pois a Caixa Econômica Federal aguarda o andamento das obras de infraestrutura externa -

que está sob responsabilidade da Prefeitura Municipal e foram interrompidas devido à ocupação - para autorizar o reinício das obras (G1 ALAGOAS, 2013).

Dessa forma, o que pudemos formular através das informações noticiadas é que já em 2013 havia famílias ocupando o conjunto. Ressalta-se também, que de 2010 para 2013 passaram-se três anos de espera, dessa forma é de se questionar se realmente a ocupação das casas pelas famílias foi algo que inviabilizou a conclusão do conjunto.

Ainda em relação ao processo de ocupação das casas analisamos que inicialmente, a permanência nas casas sempre foi algo que preocupou muito as famílias. Pois, a ocupação representava uma forma de reivindicar atenção em relação ao descaso com as obras do conjunto até então paralisadas. Observamos que a partir de 2015, ano em que já existe a Associação de Moradores a preocupação com relação a permanência nas casas ainda é um fato. Porém, atrela-se a outras demandas que envolvem atualmente as condições de habitação no conjunto, como por exemplo, pautas relacionadas aos problemas de infraestrutura. A energia (foi algo conquistado pelos moradores recentemente), ainda assim, as famílias sofrem muito com a falta de água encanada, saneamento básico, pavimentação e etc.

A luta por permanência no Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, implica outros enfrentamentos para as famílias que nele habitam. Problemas que não se resumem apenas a parte documental do processo de regularização, não se limitando a ocupação de uma casa. A busca por condições dignas de moradia, a luta por sobrevivência sem o mínimo de infraestrutura adequada faz parte do cotidiano de vida dessas famílias. Assim, no último capítulo serão tratados com mais profundidade alguns pontos que envolvem diretamente a vida das famílias no conjunto.

Ao observamos a dinâmica de reprodução do espaço urbano, e analisarmos a problemática da moradia nas cidades, constatamos que a realidade habitacional da população brasileira é ainda muito precária. Com o propósito de compreendermos mais sobre algumas variáveis dessa realidade, temos como objetivo entender a luta das mulheres por moradia no contexto de acesso à cidade. Desse modo, o próximo capítulo tratará especificamente sobre isso, sendo que de uma forma geral, como uma aproximação a questão de gênero na cidade, para assim, no último capítulo, analisarmos o Conjunto Habitacional Sônia Monteiro.

2 O DIREITO DAS MULHERES À CIDADE

A não realização do direito à moradia e à cidade para as mulheres revela a extensão das desigualdades socioeconômicas baseadas nas relações de gênero. Nesse sentido, é muito importante a introdução da perspectiva de gênero dentro de debates sobre a realização desse direito. Desse modo, a análise da produção do espaço que dialoga com a questão de gênero, nos permite refletir sobre outras variáveis que são válidas para a discussão sobre a reprodução de um modelo espacial construído a partir da ótica masculina. De modo que, a análise das particularidades desse processo sob a perspectiva do gênero feminino seja uma forma de questionarmos a espacialidade masculina em face da segregação feminina na cidade do século XXI.

2.1 O gênero e o patriarcado na construção e organização dos espaços: o público e o privado

Para compreender as relações que sujeitam as mulheres em diversas dimensões da vida em sociedade, nos esforçamos para entender o conceito de gênero e patriarcado, essenciais também para nossa pesquisa. O “gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2011, p. 45). Nesse sentido, para interpretarmos quais são as relações de poder que oprimem as mulheres com base na diferença de sexo, buscamos também entender o que é o patriarcado, que de acordo com Saffioti (2011, p. 44), é “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Ao conceituar o patriarcado como um sistema de dominação e exploração das mulheres pelos homens, a autora em questão nos mostra a importância de situá-lo também, como categoria simultânea a de gênero no contexto de análise das relações sociais entre mulheres e homens. Desse modo, o uso conjunto dos conceitos de gênero e patriarcado nos possibilita uma visão mais ampla de como a desigualdade de gênero pode operar em diferentes planos da vida da mulher.

O “gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual” (SAFFIOTI, 2011, p. 45). Por isso, a construção do significado de gênero sofre influência do contexto histórico no qual foi formulado. Por exemplo, sua significação não se define a partir de interpretações sob a relação estritamente entre homem – mulher a qual comumente é atribuída. Nesse sentido, esclarece Saffioti (2011, p. 45):

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem–mulher, mas também relações homem–homem e relações mulher–mulher (SAFFIOTI, 2011, p. 45).

Ao falar sobre a conceituação de gênero, comenta Saffioti (2011, p. 45) “cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino”. A palavra gênero em si, não carrega um significado social e muito menos manifesta em todos os contextos de seu uso uma relação de desigualdade existente entre mulheres e homens na sociedade. Portanto, esse entendimento é desenvolvido pelas teóricas feministas – construção social do feminino e masculino. Nesse sentido, é construção social porque não é a capacidade física ou biológica que determina o que se pode ser enquanto indivíduo na sociedade.

Segundo Patemam (1993, p. 16-17, apud SAFFIOTI, 2011, p. 53-54):

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. [...] (PATEMAM, 1993, p. 16-17, apud SAFFIOTI, 2011, p. 53-54, grifo nosso).

Estão os papéis construídos socialmente pelo gênero e para que se entenda essa diferenciação constituída a partir do gênero sexual, buscamos analisar como o sistema de patriarcado tem funcionando ao viabilizar e fortalecer práticas de dominação sobre a mulher. A análise do conceito de patriarcado feita sob a perspectiva feminista nos permite refletir sobre como as relações de poder sobre a mulher dentro desse sistema perpassam o pessoal. Ou seja, o não uso da categoria patriarcado, nos deixaria sem entender como opera esse fenômeno na estrutura social que é parte. Assim, é necessário destacar: o patriarcado é um sistema cuja ação não se limita as relações micro e pessoais da sociedade, ao contrário, ele se estende as relações políticas e institucionais, estando essas dimensões relacionadas. Conforme Saffioti (2011, p. 54):

Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados (SAFFIOTI, 2011, p. 54).

A aliança entre homens fortalece ainda mais as bases do patriarcado, tais práticas reproduzem um modelo social de dominação que repercute sobre a vida das mulheres. Desse modo, afirma Saffioti (2011, p. 55), que “o carácter masculino do contrato original, ou seja, é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres”. Se atualmente o patriarcado se encontra firmemente estruturado é porque existem práticas que o alimentam. Portanto, a subjugação das mulheres via controle sexual tende a atingir outros patamares da vida dessas.

Com relação aos âmbitos público e privado, observa-se que o primeiro é ocupado pelos homens e o segundo pelas mulheres, e essa realidade tem dificultado a participação social feminina nos espaços mais amplos. Na luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres a presente dicotomia entre público e privado, necessita ser desconstruída para que as mulheres em suas particularidades sejam visualizadas para além do espaço do lar. Uma vez que, a atuação das mulheres no mundo político e do trabalho são fatores cruciais na busca por uma autonomia do sexo feminino.

Sobre o não uso do conceito de patriarcado nas análises que envolvem o debate sobre as relações de gênero, pontua Pateman (1993, p. 39-40, apud SAFFIOTI, 2011, p. 55):

“[...] representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. [...] Grande parte da confusão surge porque ‘patriarcado’ ainda está por ser desvincilhado das interpretações patriarcais de seu significado. Até as discussões feministas tendem a permanecer dentro das fronteiras dos debates patriarcais sobre o patriarcado. É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada”. (PATEMAN, 1993, p. 39-40, apud SAFFIOTI, 2011, p. 55).

Assim sendo, “colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração”, (SAFFIOTI, 2011, p. 56). Diante disso, a ordem patriarcal de gênero ao naturalizar essa relação de dominação do homem sobre a mulher, valida ainda mais o sistema do patriarcado. De modo que, aos homens é concebida uma posição primária na tomada de decisões não só na família – quando ele é o pai, como também, predominando em outras funções que compro-

vam o seu privilégio social. Ao defendermos o uso do conceito de patriarcado destacamos algumas questões que reforçam essa necessidade, conforme exemplifica Saffioti (2011 p. 57-58):

1- não se trata de uma relação privada, mas civil; 2- dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; 3- configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4- tem uma base material; 5- corporifica-se; 6- representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência “[...]” (SAFFIOTI, 2011, P.57-58, grifo nosso).

Diante do exposto, observamos a partir do que foi colocado pela autora que o patriarcado tem atuado em todo corpo social. Desse modo, existe uma estrutura social que tem legitimado o poder do homem sobre a mulher. Nesse sentido, a defesa realizada em relação ao uso do conceito de patriarcado deve-se ao fato de sua utilidade para as análises que visam discutir a opressão de gênero em vários espaços da sociedade.

Sobre as desigualdades de gênero que atravessam a sociedade é possível dizer que seus efeitos são perceptíveis ainda no século XXI. A seguir, propomos elencar algumas questões que valem serem examinadas para o entendimento sobre a reprodução social das mulheres no sistema capitalista. Ao tecer considerações sobre as precondições para o desenvolvimento da sociedade capitalista, Federici (2004, p. 49) nos diz “as mulheres, em todas as classes, também se viram afetadas de um modo muito negativo. A crescente comercialização da vida reduziu ainda mais seu acesso à propriedade e à renda”. Nesse seguimento, analisamos que “se é verdade que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe”. (FEDERICI, 2004, p. 21).

Considerando-se que a inserção da mulher ao mercado de trabalho é um dos fios condutores para sua emancipação, é muito importante rompermos com o que nomeia de “ideologia da inferioridade” (SAFFIOTI, 1987, p. 12). Uma vez que, são as mulheres que sofrem com o duplo julgamento – pela dominação masculina e por esse sistema capitalista que afundado na ideologia patriarcal de gênero, explora ainda mais o sexo feminino. Nesse sentido, compreendemos que os sistemas de exploração e dominação – patriarcado¹³ e capitalismo¹⁴ são sistemas que se retroalimentam. De acordo com Saffioti (1987, p. 12):

¹³ Saffioti – em seu livro: O poder do Macho (1987). Ao falar sobre a dominação da mulher pelo homem, afirma: calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios.

Em sociedades onde as máquinas desempenham as funções mais brutas, que requerem grande força, a relativa incapacidade de levantar pesos e realizar movimentos violentos não impede qualquer ser humano de ganhar seu sustento, assim como o de seus dependentes. Rigorosamente, por tanto, a menor força física da mulher em relação a do homem não deveria ser motivo de discriminação. Todavia, recorre-se, com frequência, a este tipo de argumento, a fim de justificarem as discriminações praticadas contra as mulheres (SAFFIOTI, 1987, p. 12).

Outra consideração a ser feita é que o capitalismo se apropria principalmente da mão-de-obra das mulheres mais pobres, das mulheres que fazem parte da classe trabalhadora. Porém, o que não se quer admitir é que a submissão da mulher a esse tipo de relação de exploração deve-se ao fato de que “a inferioridade feminina é exclusivamente social” (SAFFIOTI, 1987, p. 15). O machismo como um conjunto de práticas de dominação das mulheres alimenta diariamente o patriarcado, sistema fortemente alicerçado no capitalismo. Em decorrência disso, observamos que entendido como “imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero. A eles corresponde uma certa divisão social do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho” (SAFFIOTI, 2011, p. 58).

Conforme frisa Federici (2004, p. 133):

Mudanças históricas – que chegaram ao auge no século XIX, como a criação da dona de casa em tempo integral – redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou a mulher ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência em relação aos homens, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres (FEDERICI, 2004, p. 133).

As atividades que são desenvolvidas pelas mulheres no âmbito doméstico não são consideradas pelo sistema capitalista como trabalho – pois não geram renda imediata para a família e nem para o capitalismo. Essa visão reproduzida pelas relações capitalistas sobre as atividades que as mulheres em sua maioria executam e que são ligadas ao espaço doméstico é nada mais, que a tentativa de ocultar-se que o trabalho da mulher nessa esfera também alimenta o sistema capitalista, pois permite a inserção do homem ao mercado de trabalho com mais facilidade. Pois, segundo as autoras Ávila e Ferreira (2014, p. 14):

14 Saffioti – em seu livro: *O poder do Macho* (1987). Assinala sobre o Capitalismo – é um sistema baseado na exploração de mão-de-obra assalariada, com o auxílio de tecnologias crescentemente sofisticadas; Que seu início pode ser datado do século XVI; e que sua consolidação ocorre no século XVIII, com a Revolução Industrial.

A divisão sexual do trabalho está associada de maneira inextricável a uma outra configuração que se expressa em termos de relações que associam homens/produção/esfera pública e mulheres/reprodução/espaço privado, conferindo a essas associações, dentro do mesmo princípio hierárquico, uma qualificação da primeira como sendo da ordem da cultura e da segunda como sendo da ordem da natureza (ÁVILA e FERREIRA, 2014, p. 14).

Dessa forma, culturalmente todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres no âmbito doméstico – trabalho reprodutivo, como: cozinhar, lavar, passar, cuidado com crianças, idosos, entres outros são naturalizados com sendo obrigações das mulheres. Por conseguinte, sua condição de reprodutora da mão-de-obra para o sistema capitalista, é essencial para que esse sistema continue a explorar a classe trabalhadora e “novamente os conceitos de mulher e de mãe frente a frente, e disse mal; agora temos algo ainda pior: o conceito de mãe absorvendo o de mulher, a função anulando o indivíduo.” (BIAJOLI e RAGO, 2007, p. 37).

Com relação à discussão sobre desigualdade de gênero e reprodução do espaço urbano, segundo Helene (2019, p. 957):

A questão de gênero aparece na relação entre moradia e o contexto urbano, devido ao fato de os espaços predominantemente voltados para habitação, e marcados pelas atividades domésticas, constituírem-se como espaços nos quais as mulheres estão majoritária, cotidiana e constantemente presentes (HELENE, 2019, p. 957).

Aqui vemos mais uma vez, aquela ideia já mencionada anteriormente, sobre a vivência urbana das mulheres serem resumidas ao espaço da casa, numa relação que a caracteriza como figura central no desenvolvimento das tarefas do âmbito doméstico. A ocupação dos espaços segue uma ordem, como esclarece Helene (2019, p. 958) “o público/produtivo como um espaço masculino e o privado/doméstico como feminino”. Nesse sentido, percebe-se que na estrutura socioespacial da qual falamos à indicação do público e privado baseados no gênero tem colaborado para a organização dos espaços na cidade a partir da divisão sexual do trabalho, acentuando a exclusão da mulher nesse modelo de cidade capitalista e patriarcal.

De acordo com Helene (2019, p. 959):

Isto é, a criação das noções capitalistas de público e privado, em consonância com a divisão sexual do trabalho, incidiu diretamente na constituição de uma organização urbana generificada, que instituiu os espaços públicos e privados a partir da separação entre espaços produtivos e espaços reprodutivos (HELENE, 2019, p. 959).

Diante do exposto, frisamos sobre o quanto é importante voltarmos à atenção para análises que discutam a condição da mulher no contexto urbano. Pois precisamos entender que a presença majoritária das mulheres no âmbito doméstico, não significa que esse seja um espaço de conforto para elas, basta analisarmos o número de mulheres que sofrem violência doméstica no Brasil. Desse modo, “nos registros em que é possível identificar onde a mulher foi assassinada, 65,6% aconteceram na residência, o que remete novamente ao contexto de violência doméstica” (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 113). Assim, realçamos que a degradação social da mulher via qualificação dos espaços como público/homem e privado/feminino, é uma grande problemática a ser levada a sério e pautada no debate sobre a vida das mulheres na cidade.

2.2 Cidades feitas para homens?

Os questionamentos sobre o processo de reprodução espacial na sociedade capitalista são centrados em estudos sobre os modos de apropriação do espaço urbano a partir do entendimento das hierarquias que diferenciam o acesso à habitação, e o direito à cidade, apoiadas no antagonismo de classes. Como dito anteriormente, é preciso considerar outras variáveis dentro desse processo, levando em conta a desigual posição dos sujeitos, mesmo quando pertencentes a uma mesma classe. Nesse sentido, considerar a posição das mulheres que fazem parte da classe trabalhadora é fazer valer por meio da formulação de leis, e de políticas públicas a ampliação do seu acesso à habitação digna e o direito à cidade.

Para tanto, a desconstrução da ideia do que é socialmente destinado para essas enquanto espaço público e privado é indispensável. Nesse sentido, o artigo intitulado – Gênero e sexualidade na análise do espaço (2007) de Joseli da Silva é uma grande contribuição para repensarmos as determinantes espaciais ditadoras das funções da mulher na sociedade urbana patriarcal, de acordo com Silva (2007, p. 120):

[...] o planejamento urbano funcionalista e racionalista que dominou durante muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais, e residenciais, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos (SILVA, 2007, p. 120).

Contudo, ao seguirmos essa concepção ampliaremos nosso olhar para analisarmos o espaço geográfico enquanto resultado de processos sociais que nesse caso, reflete também

sobre a delimitação de lugares – feminino e masculino na sociedade. Além do mais, o tipo de planejamento em questão é aquele estereotipado que procura justificar a produção do espaço urbano a partir da ótica masculina. E para isso, usa a dominância da perspectiva masculina sobre a produção espacial. Assim sendo, o condicionamento espacial que a mulher sofre é uma resultante do conjunto de opressões que visam à contenção dessas negando sua existência social. Segundo Silva (2007, p. 120):

[...] os processos de segregação espacial, além da lógica capitalista que os define, relaciona-se com o modelo social patriarcal, visto que muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma feminilização da pobreza urbana. Enfim, os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõe sua ordem e alcançam legitimidade (SILVA, 2007, p. 120).

Salienta-se ainda que, a mulher brasileira vivencia uma realidade socioespacial diferente da que o homem vive em várias dimensões que implicam a realização de sua vida cotidianamente. Nesse sentido, existe uma soma de diversos fatores que contribuem para que a pobreza urbana sofrida por mulheres seja naturalizada. Inegavelmente, é de grande interesse para o sistema capitalista a simbiose entre os processos de segregação espacial e o modelo espacial patriarcal. Por qual motivo? Vejamos, o vínculo entre esses dois processos é tão forte que na luta por moradia, por exemplo, tem-se como foco primeiro a luta de mulheres e homens da classe trabalhadora contra o modelo de cidade capitalista. Dentro dessa luta, pela forma como esses dois processos se encontram em correspondência, a luta contra a cidade capitalista, é colocada pelos homens como uma luta maior, já que as demandas das mulheres não são prioridades desses, o que pode causar distanciamento coletivo e enfraquecimento no processo de luta. Desse modo, serão as mulheres nesse processo as protagonistas de múltiplas lutas, e isso fará com que essas compreendam a urgência de se incorporar a perspectiva de gênero a outras pautas de luta ao perceberem a secundarização de suas demandas dentro de sua própria classe. Segundo Bilac (2012, p. 154, apud GUALBERTO e SILVA, 2019, p.8):

Cada cidade é um regime de gênero que ideológica e concretamente, manifesta uma relação distinta entre seus sistemas político, econômico e familiar. Este regime seria patriarcal: reflete as relações de poder qualquer sociedade na qual os valores e comportamentos dos homens são presumidos como sendo normativos e assim incorpora-

dos nas instituições e instituições urbanas de modo a privilegiar o controle masculino e assegurar a subordinação feminina. Tal regime tenta também manter as mulheres invisíveis dentro da cidade. Assim, o urbano expressaria uma tensão constante entre visibilidade e invisibilidade feminina (BILAC 2012, p 154 apud GUALBERTO e SILVA, 2019, p. 8).

É importante observarmos que não existe uma neutralidade do espaço do ponto de vista do gênero. Contrariamente, o conteúdo desse espaço se encontra fielmente estabelecido a partir da formação dos sistemas de opressão em regimes de base patriarcais. Nesse sentido, é certo afirmamos que as mulheres sofrem a questão de gênero em função de sua condição de mulher, e que a relação de dominação imposta cumpre a regra os códigos e valores que expressos na configuração do espaço normatizam a condição subalterna a qual historicamente a mulher tem sido colocada.

Sobre as diferenças sociais entre homens e mulheres que envolvem a análise de suas práticas espaciais, observa-se que “o tempo, o espaço e o cotidiano são percebidos, vividos, pensados e representados de modo diferenciado pelos gêneros” (GUALBERTO e SILVA, 2019, p. 9). Nesse sentido, ressaltamos a indispensabilidade do conceito de – Espaço Paradoxal proposto por Silva (2007, p. 122):

É na concepção de uma construção social do sujeito que Rose (1993) fundamenta sua tese de espaço paradoxal e abre as possibilidades de transformação e resistência dos sujeitos dentro da estrutura de dominação masculina. Atos humanos não são reproduzidos e dependem de uma série de elementos que influenciam na performance, como espaço, tempo e contexto grupal (SILVA, 2007, p. 122).

Seguindo a proposta teórica de espaço paradoxal, acreditamos que a forma como se encontram posicionados nas estruturas de poder – feminino/inferioridade e masculino/superioridade – tem acirrado os conflitos diários, mas também municiado as mulheres a questionarem sobre suas posições na formação da estrutura posta. A respeito disso afirma Silva (2007, p. 123), “entretanto a invisibilidade dos ‘outros’ não implica sua inexistência. Pelo contrário, só se justifica o uso da força no processo de luta e, portanto, o oprimido age através de seus atos de resistência”. Conforme Silva (2007, p. 123):

Na abordagem de Rose (1993), o território possui suas diferenciações internas, e no território conquistado pela força masculina, também existe o espaço do outro – o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exercem uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino. As geógrafas feministas argumentam a impossibilidade de trabalhar as categorias (nós e outros) sem estabelecer a interdependência entre elas e adotam a perspectiva de ‘centro’, posicionando o sujeito com força hegemônica e ‘margem’, constituindo os oprimidos. É o jogo tenso entre cen-

tro e margem que rearticula e reposiciona os sujeitos sociais no território (SILVA, 2007, p. 123).

A não submissão das mulheres a ordem patriarcal, e a hegemonia de sua estrutura masculina podem ser entendidas como ato contestatório de sua visibilidade socioespacial. Esse posicionamento das mulheres contrapõe a ideia de que elas se encontram neutralizadas na condição de oprimidas. Nesse sentido, conforme pontua Nabozny (2007, p. 70):

A interiorização dos papéis de gênero ocorre de forma sutil, mas sua exteriorização pode ser visibilizada com facilidade nas relações que essas mulheres estabelecem nos espaços públicos e privados. Indubitavelmente, elas priorizam a organização e manutenção das relações no espaço privado. É nessa escala de ação que gastam a maior parte de sua energia e se sentem reconhecidas, mesmo que saibam que a luta ao direito a cidade depende de uma ação que extrapole as fronteiras do espaço privado. Em meio a esse âmago, a análise do espaço urbano, a partir do vislumbre da ação dos agentes produtores e seus interesses ligados à ação capitalista que buscam o lucro e a apropriação privada da terra urbana, perpassa ao acréscimo de outras dimensões que compõe a totalidade espacial (NABOZNY, 2007, p. 70).

Todavia, é elementar considerar que o espaço privado o qual a mulher tem priorizado é parte de uma configuração espacial que tradicionalmente a exclui espacialmente de todas as relações que signifiquem sua saída do âmbito da casa. Ou seja, nessa estrutura ela já se encontra em desvantagem. Nesse sentido, acreditamos que a imposição espacial não se realiza apenas no enquadramento da mulher ao espaço privado. Como também, se estendendo ao ajustamento dessas ao espaço urbano a partir da espacialização das atividades domésticas. Contudo, uma regulação espacial que do ponto de vista masculino pode ser permitida, pois em muitos casos é estrategicamente concebida a mulher para que essa cumpra as atividades ligadas ao âmbito doméstico, quando tais atividades implicarem sua ida aos espaços públicos. Seguindo contribuições de Nabozny (2007, p. 71):

Gottdiener (1993), ao atentar para a produção social do espaço urbano, focaliza a análise na estrutura e na ação onde se destaca o espaço como um produto co-determinado processualmente na produção total de vida. A estrutura restringe as possibilidades de ações dessas mulheres, ao mesmo tempo que potencializa arranjos permeados pelas características de subjetividade, simbólicas e culturais, em que se produz e inova o espaço urbano (NABOZNY, 2007. p. 71).

Seguindo esse raciocínio, acreditamos que a dinâmica espacial é dependente das interações sociais entre os sujeitos. Uma vez que, suas vivências os envolvem em diferentes processos de realidades espaciais que são responsáveis pela materialização das relações que configuram a forma como a cidade capitalista se apresenta para as mulheres. Segundo Silva (2017, p.14) “ao ser mediado pelos laços de sujeição do patriarcado, em muitas sociedades o

relacionamento das mulheres com a cidade não é determinado por elas mesmas tanto quanto é mediado pelo relacionamento delas com os homens”. Nesse sentido, se os novos arranjos nos dão a possibilidade de repensarmos o atual modelo de cidade, é preciso que a façamos de modo que as mulheres possam viver sem medo, e sem serem silenciadas para que suas vozes possam ecoar reivindicando participação nos usos e sobre os modos de apropriação da cidade. Pois, segundo Silva (2017, p. 5) “uma dimensão a ser tratada em nossas reflexões é que a organização do espaço da cidade e do urbano, como modo de vida, não incorpora a vida das mulheres”. Nesse sentido, que o direito à cidade para as mulheres não seja negado através de inclinações fundadas a partir das diferenças entre os gêneros, como de nenhuma outra que a negue inviabilizando sua existência.

3 AS LUTAS POR MORADIA NO BRASIL E NO CONJUNTO HABITACIONAL

SÔNIA MONTEIRO – DELMIRO GOUVEIA/AL PELAS MULHERES

Neste capítulo procuramos apresentar de maneira breve um pouco sobre as experiências de alguns movimentos de luta por moradia no Brasil. Desse modo, os três movimentos tratados nesse capítulo: A liga dos inquilinos, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o MOB – Movimento de Organização de Base não foram escolhidos de forma aleatória, muito pelo contrário. Com características específicas cada movimento tem sua relevância para essa pesquisa, sobretudo, porque estes fazem parte da história de luta por moradia no Brasil.

Ainda nesse mesmo capítulo, tratamos da realidade vivenciada pelas mulheres no contexto de acesso a terra e a moradia. Assim, buscamos analisar aspectos da política habitacional brasileira como: titularidade residencial feminina, reflexos da Lei 601/1850 “lei de terra” sobre a vida as mulheres, e a constituição dos espaços – publico/homem, privado/mulher a partir do entendimento das relações de gênero.

Na parte que finaliza este capítulo tratamos sobre a luta das mulheres por moradia na cidade de Delmiro Gouveia/AL, especificamente a partir da realidade das mulheres que habitam o conjunto habitacional Sônia Monteiro. Nesse sentido, abordaremos sobre a participação das mulheres na luta por moradia através do relato de 10 moradoras que contribuíram com nossa pesquisa. Com base nas informações que obtivemos com a realização das entrevistas, analisamos os seguintes pontos: como elas se organizam, de que forma ocorre a participação delas, quais os principais problemas enfrentados por elas no conjunto, e quais são as pautas reivindicadas por elas.

3.1 Movimentos de Luta por Moradia no Brasil

A questão da moradia no Brasil não é um problema enfrentado pela classe trabalhadora apenas na atualidade. Souza (2017) em seu artigo Questão de Moradia: Ocupações como Experiência Autogestionária, traz acontecimentos históricos que nos mostram como a luta por moradia foi pautada como uma das reivindicações dentro dos movimentos operários.

No Brasil as ideias de sindicalismo revolucionário também marcaram presença na luta por moradia. Em 1906 a COB – Confederação Operaria Brasileira foi fundada

como ferramenta de luta da classe trabalhadora. Entre as bandeiras de luta, como redução da carga horária de trabalho, conquistada na greve geral de 1917, também estava a questão da moradia (SOUZA, 2017, p. 65)

Esse momento de fundação da COB – Confederação Operária Brasileira, além de marcar a inserção da questão habitacional ao conjunto de reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras, marca também a existência de um dos primeiros movimentos de luta por moradia no Brasil, A liga dos Inquilinos (1917-1919). Ainda sobre a formação da COB, pontua Toledo (2013, p. 12):

Ancorada, sobretudo, na Federação Operária do Rio de Janeiro (Forj, fundada em 1906 e herdeira da Federação Operária Regional, fundada em 1905), mas com a colaboração da Federação Operária de São Paulo (Fosp fundada no fim de 1905) e de outras organizações, a COB representou um avanço para o movimento operário no país. (TOLEDO, 2013, p. 12)

Diante disso, observa-se também que a formação da COB parte dos anseios dos trabalhadores e trabalhadoras, ancorados em suas experiências organizacionais, em reunir as forças dispersas do movimento operário do Brasil em um projeto comum. Segundo Toledo (2013, p. 16) a COB, primeira organização operária nacional, inspirou-se “no movimento operário francês, sobretudo na Confederação Geral do Trabalho – Confédération Générale du Travail (CGT) –, é evidente”. Nesse sentido, a COB buscou incentivar a organização do operariado em sindicatos de resistência, nos moldes do sindicalismo revolucionário, “julgava-se, pois, que a condição para o sucesso do sindicato estava na sua autonomia, que garantiria a supressão dos conflitos entre as diferentes tendências políticas presentes entre os trabalhadores” (TOLEDO, 2013, p. 16). Ressalta-se que além da organização para a luta de classes, com o combate ao capitalismo e ao Estado, houve também a existência de conflitos no próprio movimento operário acerca do modelo de organização para os trabalhadores.

A liga dos inquilinos, movimento responsável pela primeira grande luta entre 1917 e 1919 em relação à moradia, lutava contra os despejos e o valor dos aluguéis, em 1919, a questão da moradia dentro do movimento ganha mais força como uma das pautas do grande movimento grevista. Segundo Souza (2017, p. 66) “a “parede” era composta por 50.000 operários dos setores têxteis, padeiros, gráficos, costureiras, metalúrgicos, serralheiros, trabalhadores em frigoríficos e entre outros (BLAY, 1985)”. Ainda segundo Blay (1985, p. 146, apud SOUZA, 2017, p. 66):

O regime do inquilinato e os sofrimentos dos inquilinos são reiteradamente denunciados. A propriedade privada é responsável pelas agruras do aluguel, que consome

todo o salário do trabalhador, sujeito ainda ao despejo. A Liga dos Inquilinos é apontada como uma forma de luta e noticia-se que, na reunião de 9 de Agosto, compareceram 3.000 pessoas. Nela se determinou a criação em todos os bairros e se marcou uma assembleia para o domingo seguinte (BLAY, 1985, p. 146, apud SOUZA, 2017, p. 66)

A Liga dos inquilinos surge assim denunciando para a sociedade a incompatibilidade entre seus salários e o preço cobrado pela moradia já nesse período. Enxergamos que o desencanto aqui envolvendo a questão salarial e habitacional atingia estritamente a classe trabalhadora. Essa situação gera inconformidade provocando inquietação nos trabalhadores e trabalhadoras que não veem saída, se não, organização e greve como ferramentas de luta contra os despejos sofridos e o constante aumento do aluguel. Nessa perspectiva escreve Leuenroth (1963, p. 197):

Um operário habita uma casa que foi construída por outros operários; é o morador que a lava, limpa, conserva, embeleza, ao mesmo tempo em que tira dela utilidade; se é necessário um concerto são ainda os trabalhadores que acodem. No fim do mês, porém um intruso que não serve da casa nem trabalhou nela, que nunca fez serviços senão o de ver as obras, chega, recebe o aluguel e passa recibo. É a sua única função (LEUENROTH, 1963. p.197).

O proprietário dono da casa é na maioria das situações também, o dono da fábrica. Desse modo, se existe uma preocupação do proprietário, essa será relacionada ao recebimento em dias do preço cobrado pelo aluguel de sua propriedade. O bem-estar e conforto do inquilino implicam investimentos do dono na propriedade, o que não é prioridade para esse. Pois, observa-se que sua preocupação maior é a saciar sua cede de capital. Assim, a exploração da classe trabalhadora é vista como força vital que garante a reprodução capitalista. Consequentemente, para esse a propriedade tem como dever gerar lucro e não cumprir função social, na visão do capitalista essa não é sua utilidade.

Dessa forma, a solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras extrapola o chão da fábrica e se estende aos seus locais de moradia, como algo que fortifica a luta de sua classe contra a relação de exploração que ultrapassa o espaço de trabalho. Segundo considerações de Blay (1985, p. 149, apud SOUZA, 2017, p. 67):

Nas vilas operárias a condição do inquilino fica aguçada ainda mais. Os tecelões da Fábrica Lucinda, localizada em São Bernardo e de Propriedade de Pereira Ignácio e Cia, entram em greve e são ameaçados, policialmente de despejo. São aconselhados pelo jornal “A plebe” a não aceitarem intimidações. De fato, uma semana depois das ameaças continuam em greve. Mas quanto tempo terão ainda resistido? Isto não foi noticiado. A condição dos moradores de uma vila operária tornava-os muito mais dependente do empregador-locatário como também os isolava, de certa maneira, das mobilizações da classe; por isso o jornal “A plebe”, para atacar a Vila Maria Zélia, classifica-a de “feudo Maria Zélia, “Feudo industrial do Sr. Jorge Street”, “ a cujo

redor a Companhia Nacional de Juta construiu uma cidadela isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade-patronal, tendo por servidores os seus capatazes e o padre da igreja da vila, impera discricionariamente de maneira absoluta, encontrando-se os que por necessidade ali vivem numa situação escravos livres (BLAY, 1985, p. 149, apud SOUZA, 2017, p. 67).

Nesse cenário de pressão pretendia-se intimidar para imobilizar o movimento dos inquietos que viviam nas vilas operárias, pois eram vistos como perigosos pelos órgãos de repressão burgueses. Ainda segundo Souza (2017, p. 66) os “jornais desse período, como “A Plebe”, da imprensa operária anarquista”, funcionava como canal de comunicação entre a classe, e também como forma de protesto, dando visibilidade às condições de existência desses trabalhadores e trabalhadoras em São Paulo nesse momento. Além disso, a construção das vilas operárias próxima aos locais de trabalho nesse caso era oportuna ao empregador-locatário, porque para esse não bastava só o controle dos meios de produção, ele precisava ter em suas mãos a vida do operariado. Sobre essa questão, segundo Blay (1985, p. 149, apud SOUZA, 2017, p. 67):

Para o jornal “A plebe”, o isolamento da vila dentro da cidade significa o isolamento do próprio operariado morador da Vila Maria Zélia. No conjunto da problemática da habitação operária, as vilas operárias foram entendidas uma forma de isolar o operariado, desligando-o de suas lutas de classe (BLAY, 1985, p. 149, apud SOUZA, 2017, p. 67).

A obediência de classe é crucial para que o explorador tenha total controle sobre o destino da classe trabalhadora. Além do mais, o poder de decisão sobre a vida dos sujeitos se realiza atendendo as expectativas do explorador quando ele consegue atingir diretamente a vida dos trabalhadores. Por esse motivo, a construção de habitações para operários e operárias camufla uma intenção maior, que era a de cogitar o aprisionamento espacial dessas pessoas o que significava sua completa submissão. A luta por moradia no Brasil é oscilante porque a sociedade está sujeita a transformações e junto a essas o espaço ao qual se habita. Assim, cada movimento tem suas próprias características, o que especifica sua atuação enquanto um movimento social.

Observamos que a luta por moradia no Brasil não é atual e está relacionada diretamente com as condições materiais e de trabalho, assim como com a concentração de terra e de imóveis nas mãos de poucos. Olhando para a atualidade, encontramos vários movimentos de luta por moradia que estão também vinculados a classe trabalhadora e as suas dificuldades de acesso a esse direito. A seguir, falaremos sobre dois desses movimentos, que pela dimensão e

alcance dos mesmos no país, representam de maneira significativa as lutas atuais por moradia e pelo direito a cidade.

O MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é um movimento que pensa a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores urbanos a partir de seu local de moradia. Um movimento que tem sua bandeira de luta centrada na questão habitação, e isso o leva a acreditar na mobilização como meio para sua difusão nas periferias. A espacialidade do MTST é entendida por seus militantes como estratégia de enfrentamento que é indispensável ao acúmulo de suas forças contra as retiradas de direitos na atual forma de organização social.

Segundo o membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, reconhecido por ser uma das principais lideranças da esquerda brasileira, professor, ativista político, e escritor brasileiro filiado ao partido Socialismo e Liberdade – PSOL, Guilherme Castro Boulos (2012, p. 48):

Em 1997 surgiu o Movimento dos trabalhadores Sem Teto (MTST), que é hoje o maior movimento de luta pela moradia no país. O MTST adotou a tática de construir grandes ocupações em terrenos vazios nas periferias urbanas, buscando com isso integrar a luta por moradia com a luta por serviços e infraestrutura nos bairros mais pobres (BOULOS, 2012, p. 48).

Em relação à realidade habitacional brasileira, é válido dizer que outros movimentos sociais antecedem o MTST. Logo, a relevância aqui dada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é por ele ser hoje o maior movimento de luta por moradia ativo no Brasil. Seu alcance é muito significativo, atuando em vários estados brasileiros. De modo que o MTST consegue articular-se junto à classe trabalhadora dentro das periferias brasileiras, pois é um movimento popular que tem atuado em territórios periféricos. A luta pela moradia é travada contra o capital e contra o Estado, que legitima a concentração de imóveis (muitos abandonados e irregulares) e negligencia o seu dever de garantir esse direito a todos. De acordo com Boulos (2012, p. 26):

Como vimos, até 1940 os trabalhadores moravam nos bairros centrais. A periferia não existia. Eram chácaras e fazendas, só mato. Nesta época, cerca de 75% dos imóveis de São Paulo eram habitados por inquilinos, isto é casas de aluguel, nos bairros centrais da cidade. Os grandes proprietários de terrenos e casas entram em ação. Com o apoio do governo, fizeram o que chamaram de uma “limpeza” no centro: demoliram cortiços, despejaram favelas e aumentaram o valor dos aluguéis, que se tornou inviável para a maior parte dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, abriam loteamentos clandestinos em áreas distantes – onde não havia nada – para vender os lotes aos trabalhadores. Sem ter outra alternativa, os trabalhadores compravam estes lotes, tendo ainda que usar os finais de semana para construir suas casas com suas próprias mãos. Tanto para comprar o lote como para construir, muitos tinham que se endividar. Além disso, foram jogados em lugares com infraestrutura precária (água,

eletricidade, asfalto) e sem qualquer serviço público (saúde, creche, escola, etc.). Para possibilitar que os trabalhadores chegassem ao trabalho, o governo – que deixava os proprietários e loteadores agirem livremente – chegava depois com infraestrutura básica, como estradas e linhas de ônibus. Afinal, os patrões precisavam ter seus empregados na empresa, para explorá-los e lucrar (BOULOS, 2012, p. 26).

Ordenar o espaço conforme a realização do capital imobiliário é também uma forma de afastar a classe trabalhadora das áreas consideradas centrais. Observa-se que para o capitalista a localização dessa população no que se refere à moradia e infraestrutura adequada como algo basilar para se habitar um lugar, pouco importa. Desse modo, quando conveniente for para a dinâmica de exploração capitalista, ela irá manter esse grupo o mais próximo possível, dado que, depende de sua força de trabalho. Ainda assim, a chamada “limpeza” nada mais é do que incentivar a especulação imobiliária¹⁵ que se realiza com total apoio do Estado, que faz vista grossa a uma situação que deveria ser tratada como problema social. Atentemo-nos em mais um detalhe, a perversidade do Estado, essa é tão grande que sua postura é de telespectador das ruínas da classe trabalhadora. Nessa posição, o Estado assiste os grandes proprietários, empresas privadas e grandes construtoras ditarem suas regras na cidade forçando a exclusão espacial do povo pobre. Boulos nos chama atenção para os termos utilizados em situações que envolvem a luta pela terra. Os termos representam narrativas diferentes da história e é muito importante mencionar aqui o entendimento do referido autor e dos movimentos em relação a isso, Boulos (2012, p. 44):

Se olharmos a história, veremos que os invasores foram os grandes proprietários. E que, não satisfeitos com o saque as terras públicas, continuam hoje fazendo acordos com os governos para usar mais recursos públicos em seu favor. Quando os sem-teto ou os sem terra ocupam uma grande área vazia não estão fazendo mais do que tomar de volta o que é seu. Por isso, é preciso diferenciar os termos invasão e ocupação. Invasão foi o que fizeram os portugueses e depois deles os grandes proprietários brasileiros. E grilar é roubar uma terra que é pública e que deveria ter destino social, em benefício da maioria. Ocupação é algo bem diferente. É retomar a terra dos invasores, para que possa ser utilizada em favor da maioria, dos trabalhadores. É transformar uma área vazia, que só serve para a especulação e lucro de empresários, em moradia digna para quem precisa (BOULOS, 2012, p. 44).

15 Guilherme Castro Boulos – Em seu livro intitulado: *Porque Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto* (2012). Fala sobre como os donos de terra, especuladores e loteadores ganham à custa da miséria humana. Ele faz menção a três principais estratégias que são: 1) Venda de lotes – Os proprietários, muitas vezes grileiros de terras públicas, pegavam grandes áreas que eram rurais e loteavam como terreno urbano, que tem um valor muito mais alto. Assim, transformaram terra em ouro e ganharam milhões em cima das suadas economias dos trabalhadores. 2) Valorização de terrenos intermediários – As áreas que ficavam no meio do caminho dos novos loteamentos foram vendidas mais tarde a preços inacreditáveis. Exatamente por isso não puderam ser habitadas por trabalhadores. São os chamados bairros de classe média ou da própria burguesia. 3) Valorização das áreas centrais – Ao tirar os pobres e demolir as casas mais antigas e precárias das regiões centrais a cidade, o valor dos imóveis destes bairros subiu muito. O trabalhador deixou de poder pagar aluguel no centro, que virou propriedade exclusiva dos ricos. O autor refere-se especificamente a situação dos loteamentos clandestinos na década de 1970 em São Paulo.

O MTST é conhecido pela sua luta por moradia. No entanto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é mais que isso. Aliás, a linha política do MTST nos dirá que sua organização está para além da luta por moradia. Pois, o movimento se propõe discutir também outros problemas vivenciados pela classe trabalhadora na sociedade capitalista. Logo, confiam na organização como ferramenta que possibilita o poder as camadas populares. Assim, não existe uma pauta única quando a classe trabalhadora não tem o direito de morar dignamente, é uma luta que não acaba quando se ocupa uma casa – o direito a educação, atendimento a saúde, transporte coletivo, infraestrutura são necessidades que precisam ser atendidas. Como sugere Carlos (2018, p. 84):

Dentro dessa perspectiva, queremos expor outra dimensão da análise espacial: o espaço da luta. E nesse sentido o espaço não é apenas produzido em função das condições de reprodução do capital mas também em função das condições de reprodução da vida humana. Portanto, o espaço se reproduz de um lado a partir da contradição entre produção socializada e apropriação privada e de outro a partir da luta no interior da sociedade entre o que é necessário ao processo de reprodução do capital e o que a sociedade como um todo necessita. Este ponto leva-nos, necessariamente, a pensar as possibilidades de transformação do espaço e da sociedade. (CARLOS, 2018, p. 84).

Nesse contexto, compreendemos o espaço como produto de lutas ao observamos que “a discussão do urbano transcende à ideia de cidade enquanto aglomerações de capitais, supera a discussão da cidade/e ou espaço do capital” (CARLOS, 2018, p. 71). Desse modo, na sociedade de classes a produção do espaço urbano é também resultado de conflitos que envolvem a relação de desigualdade presente nas formas de apropriação do solo urbano.

Para mudar essa realidade o movimento propõe uma reforma urbana como caminho que transforme o modo como as cidades estão organizadas. Entre suas formas de ação estão as ações de pressão como as mobilizações e as ocupações de terras urbanas que são tidas como ações muito importantes, pois é com elas que se atinge diretamente os grandes proprietários e o Estado denunciando o problema social da moradia. Relacionando-se às formas de enfrentamento, os bloqueios de rodoviárias e avenidas são para o movimento ações capazes de causar grande impacto – uma vez que, é por essas que circulam as mercadorias das fábricas em destino aos locais de venda. Por fim, é prejudicial ao capital que as principais vias de uma cidade sejam paralisadas por horas ou dias.

A acumulação de forças através do trabalho comunitário é uma forma de manter vivo e ativo o Movimento de Trabalhadores Sem Teto, e para isso a construção do diálogo com outros movimentos como a Resistência Urbana¹⁶, entre outros é primordial.

De acordo com Carlos (2018, p. 84):

Nesse sentido o processo de alienação imposto pelo desenvolvimento do capital que nos leva a refletir sobre o homem-máquina ou homem-mercadoria, também nos permite pensar na liberdade e na possibilidade de transformação da cidade. Isto significa que a alienação não é a absoluta negação do homem; no processo de humanização configura-se a possibilidade de o homem construir sua humanidade. Vimos que o espaço produz-se em sua função das necessidades e objetivos do capital, mas também vimos que a sociedade não se deixa inserir nessa lógica sem resistência. O espaço não é neutro, ele foi modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente (CARLOS, 2018, p. 84).

Ao falar sobre as estratégias espaciais a cerca da produção do espaço, Carlos (2018, p. 84) afirma que existe “aquela do capital que o produz enquanto capital fixo – vinculado às necessidades de produção do capital – e aquela da sociedade que o produz enquanto meio de consumo coletivo”. Observa-se dessa relação concepções bem diferentes de conceber o espaço. Dentro dessa perspectiva, é que os movimentos de lutar por moradia, por exemplo, tem buscado resistir ao modelo de espaço produzido pelo capital e ao processo de alienação imposto pelo seu desenvolvimento.

Diante disso, o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras sem Teto tem buscado fortalecer sua base organizativa através de princípios, e a coerência com estes é a condição para a atuação de qualquer militante dentro do movimento. Desse modo, seguir o acordado é parte do compromisso de cada membro, que são: unidade na ação e liberdade na discussão¹⁷, decisão coletiva e responsabilidade individual¹⁸, decidem os que atuam¹⁹, disciplina militante e valores socialistas²⁰, transparência nas relações²¹, construção de poder popular²². Os princí-

16 Resistência Urbana – Frente Nacional que surgiu em 2007 reunindo vários movimentos combativos na luta por direitos sociais, por uma reforma urbana anticapitalista e que é contra a criminalização dos trabalhadores (as) e dos movimentos populares.

17 Os militantes devem ter o direito de se posicionar e debater suas propostas no coletivo que fazem parte. Mas, uma vez definida a posição coletiva (por consenso ou voto), tem que atuar de acordo com ela.

18 As decisões no MTST são tomadas coletivamente: os militantes devem participar da definição das linhas, posições políticas e dos planejamentos e avaliações. Mas, divididas as tarefas o companheiro ou companheira que assumi-la tem a responsabilidade de realiza-la e prestar contas com o coletivo.

19 Todo militante deverá participar de um coletivo dentro do MTST e assumir uma tarefa.

20 O militante precisa ser coerente em sua conduta com a proposta do movimento. Deve ser exemplo para o conjunto. Isso significa também não reproduzir ideologias que o movimento combate: opressões, discriminações (machismo, racismo, homofobia e etc.) e valores individualistas.

21 É fundamental que as posições e diferenças sejam tratadas de forma clara e transparente. Assim também deve ser a relação com a base social do movimento, para evitar divisionismos dentro do movimento.

pios são as ideias que mantem um movimento de luta vivo. Ideais que fazem parte da história da sua construção enquanto um movimento, assim considerados de grande valor, do qual não se pode abrir mão. O MTST é uma organização coletiva, e a maneira que o movimento encontra para organizar-se para o processo de construção dos espaços de resistência, é partindo da criação dos coletivos – os políticos, com as coordenações estaduais e coordenação nacional, que como função tem a tomada de decisões gerais do movimento no Estado ou no país; os organizativos por setores, responsáveis pela execução de tarefas em relação às questões necessárias a construção do MTST e; os territoriais que são as coordenações de acampamento, de núcleos e coordenações regionais para organização do trabalho territorial do movimento com sua base realizando as tarefas referentes ao espaço de atuação, como em uma ocupação. (MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto²³).

Também faz parte de sua organicidade os setores de formação política dos militantes; negociação com relação ao Estado; organização para garantia do funcionamento do coletivo; autodefesa pela segurança da organização; autosustentação/finanças para o desenvolvimento de iniciativas de financiamento e prestação de custos; comunicação/simbolismo com canais para divulgação do MTST, mais o fortalecimento das identidades simbólicas próprias; e o de trabalho comunitário para aproximação com as comunidades. Ainda em relação á mobilização coletiva, as ocupações representam prioridade enquanto solução coletiva e não individual para conquista e partilha dos espaços dentro de uma ocupação como cozinhas, bibliotecas e outros.

Quanto aos espaços ocupados pelo MTST, o local onde se realiza uma ocupação é tido sempre como determinante pela influência que esse pode ter. Assim, fazer um acampamento próximo a locais que representam poder político e econômico, por exemplo, dá ao movimento um poder de intervenção maior, do que em uma parte da cidade sem ou com pouca movimentação. (MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto²⁴).

O MOB – Movimento de Organização de Base, outro movimento que trazemos, surge na cidade do Rio de Janeiro no ano 2013, e é um movimento que tem sua formação a partir da articulação de trabalhadores e trabalhadoras desempregados. Assim, é um movimento social que acredita na organização popular e comunitária da classe trabalhadora por meio da criação

22 Sua expressão está em duas questões fundamentais: (Autonomia e formação política) autonomia para as tomadas de decisões pelo próprio MTST, sem interferência de qualquer outra organização ou do Estado. E a formação política, como princípio, e proposta de formar continuamente militantes para assumir responsabilidades políticas e participar das decisões.

23 A organização do MTST. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Quem somos. Disponível em:<<https://mtst.org/quem-somos/a-organizacao-do-mtst/>>. Acesso em: 13, Abril, 2021.

24 A organização do MTST. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Quem somos. Disponível em:<<https://mtst.org/quem-somos/a-organizacao-do-mtst/>>. Acesso em: 13, Abril, 2021.

dos espaços de luta, resistência e socialização. Dentro do movimento existem os eixos de trabalho: cultura popular, economia coletiva, educação popular e luta por direitos, como por exemplo, a moradia. O MOB, tem se organizado por núcleos que são articulados de acordo com as demandas de cada território, o que não significa que necessariamente cada núcleo tenha que atuar em todos os eixos mencionados anteriormente. Apresentamos dois de seus núcleos localizados em: Curitiba o núcleo Portelinha-Nova Santa Quitéria que tem lutado pela regularização da comunidade. “A Portelinha é uma ocupação urbana, localizada no Bairro Santa Quitéria de Curitiba, em que vivem 300 famílias. Desde 2007 centenas de batalhadores e batalhadoras lutam pela regularização do terreno e condições dignas de moradia”. (MOB – Movimento de Organização de Base)²⁵. No Rio de Janeiro, o núcleo Macacos/CCS se articula através do Germinar “organizado pelo MOB e tem o apoio do Centro de Cultura Social (CCS-RJ), realizando atividades com crianças entre 6 a 9 e pré-adolescentes de 7 a 14 anos de idade, meninos e meninas do Morro dos Macacos (Vila Isabel)”. (MOB – Movimento de Organização de Base)²⁶.

Observa-se que a atuação através das demandas culturais é um meio importante para estimular o debate sobre a realidade habitacional dentro das comunidades. Como destacamos a seguir, “Sabemos que nas favelas cariocas há uma precariedade e descaso total do poder público em suprir as necessidades básicas dos moradores, como educação, cultura, moradia, saúde, trabalho, lazer”. (MOB – Movimento de Organização de Base)²⁷. Através da entrevista realizada com um dos militantes do MOB, Lucas Jeison, obtivemos o seguinte relato:

Conheci o MOB em 2014, através de companheiros/as que estavam criando um núcleo do movimento em Curitiba. Eu participava de um agrupamento de tendência chamado Coletivo Quebrando Muros, e também realizava trabalhos comunitários na região metropolitana de Curitiba, onde morava na época... A importância do MOB reside sobretudo no fato de ser um movimento que cria raízes nos locais onde atua, e busca criar trabalhos permanentes e regulares. O movimento comunitário no Brasil não tem hoje a força que já teve em outros momentos, e é fundamental reconstruirmos essa atuação em nossas comunidades, em nossos locais de moradia... Um movimento que se organiza territorialmente, e que visa fortalecer os laços de luta e solidariedade nos bairros e ocupações onde atua, promovendo o protagonismo popular e ações e trabalhos que sejam demandas da comunidade²⁸.

25 Núcleo Portelinha-Nova Santa Quitéria / Curitiba – PR. Movimento de Organização de Base. Núcleos. Disponível em: < <https://organizaodebase.wordpress.com/nucleos/nucleo-portelinha/>>. Acesso em: 13, Abril, 2021.

26 Núcleo Macacos/CCS – RJ. Movimento de Organização de Base. Núcleos. Disponível em: < <https://organizaodebase.wordpress.com/nucleos/nucleo-macacosccs/>>. Acesso em: 13, Abril, 2021.

27 Núcleo Macacos/CCS – RJ. Movimento de Organização de Base. Núcleos. Disponível em: < <https://organizaodebase.wordpress.com/nucleos/nucleo-macacosccs/>>. Acesso em: 13, Abril, 2021.

28 Entrevista feita ao Lucas Jeison, militante do Movimento de Organização de Base em 11 de novembro de 2019.

Nesse sentido, a concepção do MOB no que se refere à necessidade de fortalecer o protagonismo do povo e potencializar a construção do poder popular nas lutas cotidianas, é a razão para mencioná-lo como um movimento altamente importante na luta por moradia no Brasil. De acordo com Felipe Corrêa em: *Criar um Povo Forte – contribuições para a discussão sobre poder popular* (2010, p. 30):

Criar o poder popular, ou seja, criar um povo forte, que seja protagonista tanto de suas lutas como da sociedade futura, exige que o próprio povo tome seu destino em suas próprias mãos. Portanto, pensar em poder popular significa pensar em um modelo de organização popular, um estilo militante para as lutas que determinaram os objetivos finalistas. (CORRÊA, 2010, p. 30)

Dentro dessa perspectiva, o Movimento de Organização de Base acredita que as propostas de atuação quanto à luta por moradia devam partir de iniciativas coletivas. Para tanto, a caminhada para uma sociedade igualitária, livre e fraternal renunciada por seus militantes visa a construção de novas relações que rompam com o atual modelo de sociedade. De modo que, as novas relações cotidianas agreguem outros sentidos de organização gestados a partir dos espaços vivenciados, e que apoiados na igualdade, independência, autonomia política e econômica, crie também sujeitos protagonistas de suas lutas, para a garantia de suas conquistas. De acordo com Felipe Corrêa (2010, p. 9):

A política tem de ser compreendida para além do Estado. Ainda que diversos setores tenham relacionado estritamente a política com o Estado, entendemos que, diferentemente, ela se trata de algo além, dando conta das relações de força na sociedade – o que a liga completamente à questão do poder – e também da gestão de assuntos sociais – o que envolve a questão das decisões, e, portanto, da política. Neste caso, as relações políticas da sociedade envolveriam as diversas forças em jogo e, para uma análise da sociedade contemporânea, não há como não entender o principal jogo de forças a luta de classes, em que um conjunto de classes exploradas (trabalhadores urbanos, rurais, camponeses, setores precarizados etc.) está em permanente conflito com uma classe dominante (proprietários urbanos e rurais, gestores etc.), que tem no Estado um de seus aliados (CORRÊA, 2010, p. 9).

Construída internamente pelo MOB, a carta de princípios serve para firmar os acordos organizativos entre seus militantes. E também como material público para apresentação de suas ideias organizativas – internacionalismo, classismo, solidariedade de classe como formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, desempregados, desempregadas, estudantes, donas de casa, catadores e etc. A solidariedade de classe entre os moradores que habitam a periferia é para o movimento a forma de manter unida a classe oprimida para que conjuntamente possam alcançar seus direitos. Nesse sentido, “Para conquistarmos o que é nosso temos que ser solidários entre nós mesmos, entre os irmãos e irmãs da nossa classe, não importa de

que país, estado, cidade ou bairro sejamos, temos que nos unir e sermos solidários entre nós”. (MOB – Movimento de Organização de Base)²⁹. Como vimos, o movimento alia a solidariedade de classe ao internacionalismo, ou seja, acreditando na solidariedade da classe trabalhadora independentemente de suas limitações geográficas.

Além do mais, o movimento acredita que a classe trabalhadora é a única com força transformadora, o que o leva a negar qualquer relação com as classes dominantes e o Estado. Por esse motivo, firma-se também “a independência de candidatos, partidos políticos, ONGs, coletivos e qualquer outra organização, não negamos seu apoio e sua solidariedade, mas reivindicamos nossa independência frente a estes”. (MOB – Movimento de Organização de Base)³⁰.

Nessa perspectiva, o MOB assume como método de ação a luta direta ao admitir que as conquistas populares somente possam ser “fruto da ação do povo oprimido, em sua luta cotidiana, por suas próprias mãos”. (MOB – Movimento de Organização de Base)³¹. Ou seja, realizada pelas mãos da classe trabalhadora. Assim, a democracia de base é vista como possibilidade para uma sociedade igualitária em contraposição a sociedade capitalista.

Segundo Felipe Corrêa (2011, p. 203):

Efetivar a autonomia e a ação direta no movimento social significa afastar as ameaças externas no que diz respeito ao estabelecimento de relações de hierarquia e dominação por parte de instrumentos, instituições e/ou indivíduos. A relação de dominação existe quando se utiliza a força social do movimento para realizar os objetivos que são diferentes daqueles do movimento. O movimento possui autonomia quando ele tem capacidade de autodeterminação, e decide sobre aquilo que lhe diz respeito: objetivos, meios de luta, alianças e etc. e atua em seu próprio favor e em proveito de seus próprios interesses. O movimento atua por meio da ação direta quando realiza a sua política sem utilizar as estruturas do Estado como meio, e, portanto, coloca os militantes do próprio movimento atuando, eles mesmos, na realização de sua política (CORRÊA, 2011, p. 203).

O MOB tem buscado trabalhar territorialmente a auto-organização popular para atuar nas questões sociais e comunitárias junto aos diferentes setores que formam a classe trabalhadora. Seu modelo de organização se dá por núcleos nos locais de atuação, os critérios para

29 Carta de Princípios MOB-PR. Movimento de Organização de Base. Documentos. Disponível em: <<https://organizaodebase.wordpress.com/documentos/carta-de-principios-mob-pr/>>. Acesso em: 13, Abril, 2021.

30 Carta de Princípios MOB-PR. Movimento de Organização de Base. Documentos. Disponível em: <<https://organizaodebase.wordpress.com/documentos/carta-de-principios-mob-pr/>>. Acesso em: 13, Abril, 2021.

31 Carta de Princípios MOB-PR. Movimento de Organização de Base. Documentos. Disponível em: <<https://organizaodebase.wordpress.com/documentos/carta-de-principios-mob-pr/>>. Acesso em: 15, Abril, 2021.

construção de um núcleo do movimento são: iniciar com pelo menos três militantes, ter trabalho de base³², realizar as reuniões periódicas, com atas, e propor atividades de formação. As reuniões são abertas a todas as pessoas que queiram conhecer ou participar do movimento deliberando somente os/as que estão envolvidos nos trabalhos desenvolvidos nos núcleos. Nessas reuniões discutem-se as questões de trabalho relativas aos eixos demandados pelos núcleos a partir da linha estratégica do movimento encaminhando-as às reuniões gerais. Desse modo, são realizadas as reuniões gerais destinadas apenas aos militantes e ingressantes do movimento, onde se “Discute questões mais gerais do movimento, alianças com outros movimentos e organizações, repasse e organização das comissões e definição da linha estratégica” (MOB – Movimento de Organização de Base)³³.

Outra observação que merece ser realizada à cerca do modelo de funcionamento do MOB é sobre ele ser um movimento amplo o bastante para estimular e possibilitar a participação de pessoas de diferentes realidades, disponibilidades de tempo, e possibilidades de participação. Sobre sua organização interna nota-se sua atenção com relação as especificidades de seus militantes, e também com o andamento do próprio movimento “Ao mesmo tempo, deve ter ferramentas que permitam minimamente a permanência e continuidade dos trabalhos, e do próprio movimento, enquanto proposta, em momentos de refluxo”. (MOB – Movimento de Organização de Base)³⁴. Desse modo, ao encontrar esta medida de flexibilidade o movimento ganha mais importância devido ao seu conteúdo de políticas enquanto propostas de intervenção na realidade, proporcionando métodos de trabalho que amplia a participação das pessoas. Ainda assim, para o MOB uma comunidade ou bairro caracteriza-se tanto pelas formas específicas de organização e relacionamento local, quanto pelo lugar, território, povoado pelos seus habitantes. Pois, “Nestes espaços podem existir distintas práticas, ideologias, políticas,

32 Para o MOB – O trabalho de base não é uma tática para atrair as pessoas, nem um conjunto de práticas que, se bem aplicadas, dão um bom resultado. O trabalho de base é uma metodologia que vai além de qualquer modelo. É uma forma de fazer política que tem mostrado resultados porque se baseia em convicções construídas na prática e na participação. Assim, o trabalho de base é conhecer o território onde se atua e conhecer as pessoas, identificar os problemas enfrentados, estimulá-las a se organizarem para buscarem soluções diante dos problemas enfrentados. (MOB – Movimento de Organização de Base).

33 Organização. Movimento de Organização de Base. Documentos. Disponível em: <<https://organizaodebase.wordpress.com/documentos/programa-do-congresso-2013/organizacao/>>. Acesso em: 15, Abril, 2021.

34 Organização. Movimento de Organização de Base. Documentos. Disponível em: <<https://organizaodebase.wordpress.com/documentos/programa-do-congresso-2013/organizacao/>>. Acesso em: 15, Abril, 2021.

movimentos, valores, questões históricas, especificidades. É lugar social das mais variadas relações, podendo sofrer variadas opressões” (MOB – Movimento de Organização de Base).³⁵

Nesse sentido, acredita-se que para transformar a realidade a organização popular deve estar presente onde a luta acontece dia a dia, estimulando e fortalecendo as iniciativas populares. Logo, organizar-se em núcleos ou em instâncias de base é uma necessidade para se fomentar a decisão pela ação direta, o debate e o acordo coletivo, a formação e ação coletiva. Nesse sentido, o movimento tem buscado por meio da construção coletiva a experiência com outras realidades sociais, pois, “É onde o movimento se autoeduca por meio de oficinas com técnicas participativas. Reflete sobre questões de gênero, classismo, criança, história do nosso povo entre outras” (MOB – Movimento de Organização de Base)³⁶.

Deve-se ainda destacar que as mulheres são uma força muito importante dentro dos movimentos de luta por moradia, pois “não é rara a afirmação, por parte das lideranças dos movimentos sem-teto das décadas de 90 e 2000, de que a maior parte de suas bases é composta por mulheres”, segundo Oliveira (2012, p. 144-145). Dessa forma, buscaremos compreender a participação das mulheres no processo de luta por moradia a partir de suas reivindicações dentro de tais movimentos. Conforme Sales e Torres (2017, p. 3), “ao lutarem por um teto, por moradia, por escolas, creches, iluminação, água e postos de saúde elas dão visibilidade às diversas faces da desigualdade do qual são uma das grandes vítimas”. Nessa perspectiva, supõe-se que dentre outras questões a atuação das mulheres na construção da política habitacional brasileira parte primeiramente das urgências que implicam a segurança da família. Desse modo, expressa Sales e Torres (2017, p. 9), “é latente as conquistas e avanços da luta feminina no Brasil, porém o que culturalmente foi imputado às mulheres no que refere-se a participação no espaço público ainda é muito visível”. Diante disso, vemos que a inserção das mulheres nos movimentos de luta por moradia é indispensável como caminho que permite sua participação política a partir da reivindicação de suas demandas em torno da temática moradia.

3.2 As lutas das mulheres pelo acesso à terra e à moradia

35 Organização. Movimento de Organização de Base. Documentos. Disponível em:<<https://organizaodebase.wordpress.com/documentos/programa-do-congresso-2013/organizacao/>>. Acesso em: 15,Abril, 2021.

36 Organização. Movimento de Organização de Base. Documentos. Disponível em:<<https://organizaodebase.wordpress.com/documentos/programa-do-congresso-2013/organizacao/>>. Acesso em: 15,Abril, 2021.

Outra face da política habitacional brasileira que merece atenção por fazer parte do contexto de relações desiguais entre homens e mulheres está relacionada à titularidade residencial feminina. É importante que ao procurarmos compreender a trajetória de luta das mulheres por moradia a façamos considerando as relações de gênero no contexto do acesso à terra entre homens e mulheres no Brasil. Conforme Assis e Cavalcante (2013, p. 04):

A história mostra que a perpetuação da desigualdade no planejamento urbano agrava-se após a aprovação da Lei 601/1850, que ficou conhecida como “Lei de Terras”. Ela passou a regular as terras devolutas e a aquisição de terras, determinando em seu artigo 1º que o único meio para aquisição da propriedade de terras era a compra, torna-se relevante compreender o papel do Estado, na medida em que trata-se de uma importante instância política (ASSIS e CAVALCANTE, 2013, p.04).

A Lei de Terras é responsável por um impacto histórico na vida daquelas pessoas até então escravizadas, ao deixá-las sem possibilidade de acesso à terra, após a abolição da escravidão – que passou a ser somente por meio da compra, herança ou via Estado. A referida lei foi causadora de significativo impacto na vida da classe trabalhadora, sobretudo na das mulheres. Uma vez que, ela determinou os parâmetros pelos quais se daria a posse, a manutenção, os usos e a comercialização das terras com objetivo de incentivar a propriedade privada. Nesse sentido, as relações que se deram na história de ocupação do solo brasileiro³⁷, refletem até hoje na forma e nas dificuldades de acesso à terra e à moradia da classe trabalhadora. De acordo com Lima (2012, p. 30):

[...] o principal modo pelo qual a posse da terra era adquirida – herança, aquisição por parte do Estado e compra no mercado – demonstra a desigualdade de gênero na posse da mesma, ao ser observada a preferência masculina na herança e no casamento, bem como nos programas estatais de distribuição de terras. No mercado a situação da mulher também era, na maioria das vezes, de desvantagem em relação ao homem (LIMA, 2012, p. 30).

A Lei de Terras repercute até os dias atuais, inclusive de forma significativa para as mulheres. Segundo o “Censo de 2010, a mulher é parte majoritária da população brasileira que vivencia a situação de extrema pobreza, o que representa 50,5% dos habitantes, cerca de 8,2 milhões de mulheres que vivem com até R\$ 77,00 mensais”. (SANTOS, 2017, p. 03). Essa realidade, ao se tratar do aspecto econômico, se trata de uma ameaça a reprodução biológica e social das mulheres. A busca da mulher por inserção social tem sido um esforço diário, no entanto, elas ainda sobrevivem dentro de relações desiguais. Observemos, por exemplo, a

37 No artigo – As primeiras lutas por moradia popular em Manaus: Vida e militância da Irmã Helena Augusta Walcott (2013), as autoras Mariza Souza Cavalcante e Mara Tereza Oliveira de Assis fazem menção a lei terras, de modo que é possível compreender a ligação desse processo com a discussão sobre a política de habitação no Brasil.

dificuldade em conseguir créditos para a compra de determinada propriedade quando se está dentro de uma estatística que sobrevive apenas com R\$ 77, 00 reais mensalmente. De acordo com Silva (2017, p.04):

Nesse aspecto é significativo trazer para a reflexão o sentido que a moradia, a habitação, assume no cotidiano da vida das mulheres. Esta luta tem um duplo sentido e significado: é entendida como direito; mas também como espaço da segurança familiar e obrigações domésticas, o que remete às desigualdades vivenciadas pelas mulheres, tais como: as obrigações com o trabalho doméstico e os cuidados com a vida familiar; o confinamento com o espaço doméstico; a ideia da segurança do ambiente doméstico; a disputa com herança e, sobretudo a negação da mulher enquanto sujeito político no processo de titulação da propriedade. (SILVA, 2017, p. 04).

Com relação as políticas de assistência social direcionada as mulheres, as intervenções estatais no âmbito das políticas públicas brasileiras seguem ancoradas na matricialidade sociofamiliar. Segundo explica Santos (2017, p. 2) “mesmo que a chamada matricialidade sociofamiliar, isto é, a família como ponto central de intervenção do Estado, faça parte das intervenções estatais desde a década de 1990”, no Brasil segundo a autora é no governo do ex-presidente Lula (2003-2011) que as políticas centradas na família ganham destaque como, por exemplo, o programa de transferência de renda bolsa família. Observa-se que as políticas sociais ganham maior destaque no cenário nacional, principalmente pela notoriedade do programa de transferência de renda bolsa família. O público alvo das políticas sociais com o recorte da matricialidade sociofamiliar são as mulheres quando essas são tidas como prioridade na titularidade de tais programas.

A maneira como o Estado tem atuado redireciona algumas problemáticas que deveriam ser debatidas enquanto temas cujos conflitos necessitam de mudanças estruturais na sociedade como: a própria questão de gênero e outros sistemas de dominação, para o âmbito das relações micro – como o espaço privado da casa, relações familiares e espaço de convívio comunitário. Afirma Santos (2017, p. 4) “que presenciamos, portanto, uma Política de proteção Social com “caráter sexuado”, o qual se baseia na “representação social da ideologia patriarcal sobre a mulher,” que a associa e identifica com a família e com a reprodução”.

Nesse sentido Drumond (2008, p.2-3, apud LIMA, 2012, p. 24):

Aqui existe um dilema político-ideológico. Ao invés da ação da titularidade feminina ser afirmada como política de gênero, é confundida com uma espécie de política de reconhecimento ao trabalho das mulheres para com suas famílias, tendo em vista a responsabilidade das mulheres quanto ao trabalho de reprodução social. Por outro lado, a própria gestão, muitas vezes, usa deste último argumento como uma espécie de estratégia política pontual importante para implementar a ação. Na verdade, para

as mulheres, principalmente, para mulheres de baixa renda, em sua maioria negras e com baixo grau de escolaridade, a participação no espaço público se faz como uma extensão do espaço privado. Ou seja, no caso da titularidade feminina o discurso recorrente é muito mais no sentido de garantir a segurança das famílias e dos (as) filhos (as) frente ao risco de venda dos imóveis pelos companheiros, maridos, filhos e/ou amantes e namorados, do que propriamente em contribuir com que as mulheres deixem de ser sujeitos ocultos das/nas cidades (DRUMOND 2008, p. 2-3 apud LIMA, 2012, p. 24).

Assim, “se a responsabilidade pela terra simbolicamente é atribuída ao homem, o mesmo não ocorre quando falamos da casa”, afirmam García e Monteiro (2015, p. 353). Contudo, aos poucos as mulheres vão forjando seu espaço na sociedade a partir do processo reivindicatório para garantia de sua qualidade de vida e direitos sociais. Através de Santos (2017, p. 2) notamos que “dados mostram que a mulher representa 89% da titularidade no programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, no que corresponde à faixa um do programa, famílias que recebem até R\$ 1.600,00 mensais”. De acordo com Ferreira, Queiroz e Zarias (2012, p. 187):

A forma pela qual as políticas de regularização fundiária e habitação afetam diferentemente a vida de mulheres e homens ganhou destaque com a recente mudança das regras do Programa Minha Casa Minha Vida. A Medida Provisória nº. 561 de 8 de Março de 2012 concede à mulher o título da propriedade do imóvel adquirido, no âmbito do programa, nos casos de dissolução de união estável, separação ou divórcio. Essa medida visa, justamente, proteger o direito das mulheres, vítimas principais dos danos materiais e pessoais decorrentes do fim de um relacionamento (FERREIRA; QUEIROZ; ZARIAS, 2012, p.187).

Apesar de ser considerada uma medida significativa para a garantia do acesso a moradia as mulheres, analisarmos que na prática é preciso considerar outros elementos que intervem na sua efetivação. Pois, “a inserção da mulher na sociedade capitalista patriarcal até os dias atuais se concretiza através de processos de dependência e submissão, mesmo que tenhamos presenciado muitos avanços no que corresponde a conquista de direitos”. (SANTOS, 2017, p. 3). Desse modo, sobre a titularidade da casa em que mora uma das mulheres que entrevistamos para nossa pesquisa a moradora Iza (31 ANOS, 2020) responde:

Não, quando começaram construir essas casas pra fazer o cadastro eu já morava aqui em Delmiro. Ai eu corri atrás do cadastro só que eu não consegui. Eu tirei todas as xerox de meus documento, só que eu não consegui porque eu dei meus documentos e os documentos de meu esposo. Ai vêi pedindo só de uma pessoa só. Então... eu não corri mais atrás, eu deixei pra lá. E então, é...quando eu sube das invasão né? Que possuíram das casas, eu fui e possuir de uma também. Eu morava de aluguel né? Já tinha meus... já tinha um filho só. Tive meu segundo filho, eu já morava aqui

dentro das casas. E eu estou aqui hoje porque eu não tenho casa né... se eu tivesse casa eu não estaria aqui hoje³⁸ (grifo nosso).

Mesmo reconhecendo que historicamente existe uma ligação social e cultural da mulher ao espaço doméstico, o direito a moradia não pode limita-se a uma ideia que reforce ainda mais que o seu lugar é somente no âmbito doméstico. Nessa perspectiva, é preciso dar importância as diversas questões da temática moradia e mulher. A falta de responsabilidade na efetivação do programa é notória, tomemos como exemplo, esse caso que a ilustra. Desse modo, se a mulher é pelas medidas do próprio programa prioridade na indicação para o cadastramento no processo de solicitação de entrada no mesmo, não seria o caso relatado pela moradora um problema que a deixasse a princípio sem conseguir sua inscrição no momento de cadastramento. Mesmo que de algum modo, a moradora não soubesse da certeza de seu direito em relação à titularidade, o fato da entrevistada Iza, mencionada acima, ter levado sua documentação, e a de seu marido não seria um motivo para que negassem seu cadastro no programa. Conforme Lima (2012, p. 29):

A importância das políticas afirmativas para a transformação das relações desiguais de gênero, mas a sua insuficiência podendo, muitas vezes, levar à conservação de situações que se buscam transformar. O que ocorre é que mesmo que essa política represente uma ampliação da cidadania para as mulheres, a maioria dos argumentos utilizados refere-se ao fato da mulher possuir maior vinculação com o espaço doméstico, como acima já foi mencionado e, conseqüentemente, serem mais confiáveis para o impedimento de venda dos imóveis, como costumemente ocorria quando os homens eram os responsáveis pelo imóvel nos contratos com a prefeitura ou com o estado. A lógica da política não visa prioritariamente à condição e ampliação das mulheres enquanto cidadãs, mas sim enquanto melhores representantes de um bem que o homem não foi capaz, na maioria das vezes, de assegurar (LIMA 2012, p. 29).

Preocupa-nos de modo igual, o problema exposto aqui acerca da política de titularidade residencial feminina no contexto das políticas assistencialistas do Estado. Pois, ao seguirmos o proposto por Lima (2012, p. 27) acreditamos que “a titularidade deve ser implementada como uma política de gênero, como uma ação afirmativa nesse sentido, levando-se em consideração o papel de fundamental importância desta medida para as mulheres e para a cidade”. A ausência histórica do debate de gênero dentro das esferas institucionais proponentes da habitação social no Brasil é inquestionável. Neste caso, sobre a posição das mulheres no cenário político habitacional brasileiro comenta Lima (2012, p.28):

38 Entrevista feita em 02 de Junho de 2020, a moradora do Conjunto Habitacional Sônia Maria Monteiro: Bairro Eldorado, Delmiro Gouveia –AL. A moradora é também sócia da associação de moradores e reside no Conjunto desde 2014.

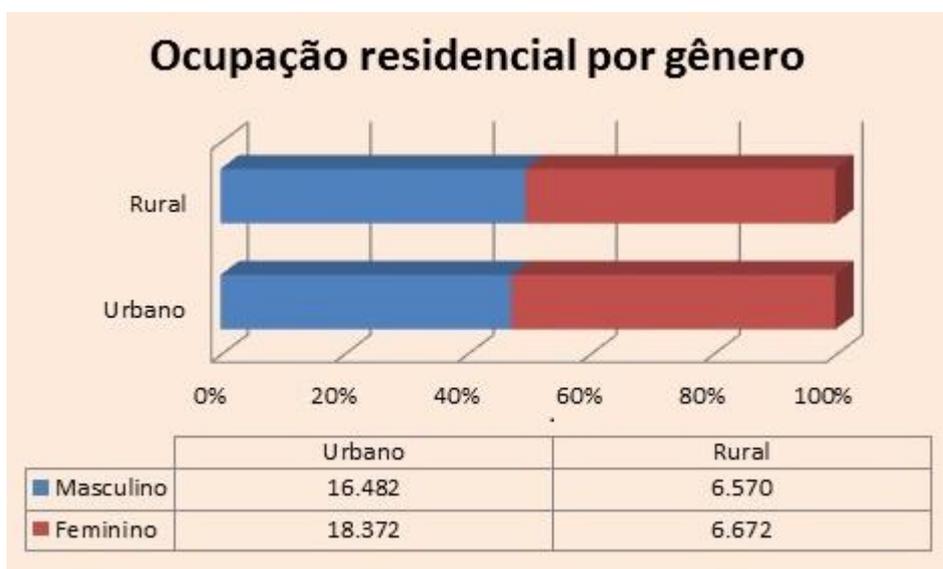
[...] as mesmas não são consideradas sujeitos políticos com capacidade de falar em seu próprio nome e de pronunciar um pensamento ou ação sobre a dinâmica das cidades, pois mesmo diante da referência as mesmas como ocorre com a lei 11.124/05, a desigualdade dessa em relação ao homem ainda permanece (LIMA, 2012, p. 28).

Reforçamos que não se trata de considerar irrelevante a política de titularidade feminina. Tão pouco negar a relevância do programa Minha Casa, Minha Vida perante o déficit habitacional brasileiro. Trata-se de discutirmos a falta de efetividade de uma política cuja ação, não é capaz de atingir a raiz do problema. Repetimos, a superficialidade de tais políticas as impede de pensarem o modo de vida urbano a partir da dinâmica entre os sexos. Sobre a lei 11.124/05³⁹ e o enfrentamento as desigualdades de gênero, comenta Lima (2012, p. 29), sobre a importância de pensarmos “a intersectorialidade entre as políticas, ou seja, a ligação entre estas tanto no momento do seu planejamento quanto no momento de sua execução é medida fundamental para transformação do quadro social presente, repleto de desigualdades”.

O gráfico a seguir apresenta informações sobre a situação residencial no Município de Delmiro Gouveia/AL, com base na ocupação dos domicílios a partir da diferença por gênero. Segundo o IBGE, Censo (2010), o Município tem uma população estimada em 48,096 pessoas. Assim, nossa análise busca compreender a situação domiciliar dessa população residente e sua distribuição a partir de informações como: o número de pessoas do sexo masculino que é um total de 23.052 e o feminino 25.044, segundo IBGE Censo (2010), distribuídos nas áreas Urbana e Rural.

39 Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Os benefícios sociais dessa lei são preferencialmente registrados no nome da mulher como consta no artigo 23 da mesma. O imóvel no nome da mulher foi uma forma encontrada pelo SNHIS, para barrar a venda dos imóveis pelos homens que se sentiam donos dos imóveis entregues as mulheres pelo governo. Porém, a lei não discute a relação gênero e espaço urbano no contexto das desigualdades vivenciadas pelas mulheres.

Figura 4 - Ocupação Residencial por Gênero no Município de Delmiro Gouveia-AL



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE Censo 2010. Universo – Características da População e Domicílios.

Podemos observar que nos dois cenários o número de pessoas com domicílios do sexo feminino é superior à ocupação de domicílios por sexo masculino. Porém, vale ressaltar que já se passaram dez anos do último levantamento e provavelmente esse quadro tenha mudado. Nesse sentido, hoje é impossível afirmar de maneira correta qual a situação habitacional das mulheres em todo Município atualmente.

3.3 A luta das mulheres por moradia na cidade de Delmiro Gouveia/AL; o caso do conjunto habitacional Sônia Monteiro

Segundo Viana (2005, p. 77), a “História sempre consistiu em apanágio dos dominantes, conferindo uma invisibilidade às mulheres ou uma aparição subordinada e aprisionada por uma leitura androcêntrica do mundo, salvo raras exceções”. É considerando a presença significativa das mulheres nas bases dos movimentos e articulações de luta por moradia e direito a cidade, que abordamos a questão de gênero atrelada aos temas moradia e cidade na tentativa de contribuir com uma narrativa que valide a mulher enquanto protagonista de sua luta e história.

Assim, para conhecermos sobre a participação das mulheres na luta pela moradia e a cidade no sertão alagoano foi necessário a realização de entrevistas com 10 moradoras que fizeram parte do processo de ocupação do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, e que atu-

almente permanecem resistindo diante das condições de moradia e atuantes na associação de moradores e moradoras do referido conjunto.

Aliás, em relação à porcentagem que representa a chefia dos domicílios entre pessoas pertencentes ao grupo social de baixa renda e que são as mais afetadas pela falta de moradia do Brasil, observamos a partir de informações obtidas através da ONU Habitat 2007, apresentadas por Carle-Marsan, Latendresse e Levy (2013, p. 311) demonstrando que “de 20% a 30% desses lares brasileiros são chefiados por mulheres. Por um conjunto de razões históricas, ligadas sobretudo à divisão sexual do trabalho e aos papéis sociais de gênero”. Além disso, as incertezas em relação as possibilidades da casa própria afetam diretamente as mulheres pobres, que geralmente vivenciam situações de submissão aos seus cônjuges. Assim, a busca por autonomia frequentemente culmina no divórcio, na separação, que na maioria das vezes só acontecem após a viuvez, ou até mesmo quando elas são abandonadas. Ao assumirem sozinhas os papéis de provedoras de suas famílias, elas passam a fazer parte da luta no processo de ocupação resistindo bravamente à ideia de um planejamento urbano imbuído em relações patriarcais de dominação que historicamente as exclui. Nesse sentido, afirma Castells (1999, p. 223, apud VIANA, 2005, p. 81):

[...] o progresso mais importante a partir dos anos 80 foi o extraordinário aumento no número de organizações de base popular, em sua grande maioria criadas e dirigidas por mulheres nas áreas metropolitanas dos países em desenvolvimento. Essas organizações foram estimuladas por explosões demográficas urbanas, crises econômicas e políticas de austeridade ocorridas simultaneamente, que deixaram as pessoas, e particularmente as mulheres, frente a frente com o simples dilema entre lutar ou morrer (CASTELLS, 1999, p. 223, apud VIANA, 2005, p. 81).

Observa-se também, que “muitas lutas urbanas, antigas ou contemporâneas, foram, na realidade, movimentos feministas envolvendo as necessidades e a administração da vida diária”, afirma Castells (1999, p. 170, apud VIANA, 2005, p. 81). No entanto, considerando que a participação das mulheres nas lutas urbanas não é um fenômeno novo e nem estritamente brasileiro, as “guardiãs do teto”, conforme descreve Michele Perrot (1992, p. 195, apud VIANA, 2005, p. 82) ao analisar as lutas efetuadas por mulheres populares da França do século XIX, demonstra também a ação ativa das mulheres iniciadoras de motins em prol das questões habitacionais.

Ainda assim, Massolo (1992, p. 338, apud VIANA, 2005, p. 82):

A subjetividade feminina quanto a experiências de luta é uma dimensão reveladora do processo de construção social de novas identidades coletivas através de conflitos urbanos. Os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 tornaram visíveis e perceptíveis as diferentes identidades coletivas de segmentos das classes populares. As mulheres faziam parte da produção social dessa nova identidade coletiva partindo de suas bases territoriais diárias transformadas em bases para a ação coletiva. Elas conferiram ao processo de construção da identidade coletiva a marca dos múltiplos significados, motivações e expectativas do gênero feminino, um conjunto complexo de significados encontrados nos movimentos urbanos, mesmo quando as questões de gênero não são explícitas e quando seus quadros constitutivos são mistos e os homens assumem a liderança (MASSOLO 1992, p. 338, apud VIANA, 2005, p. 82).

Todavia, vale ressaltar que as mulheres entrevistadas fazem parte de um intenso processo de luta por moradia iniciado por elas mesmas, a partir do ato de ocupação das casas do conjunto em questão. Inicialmente, não havia lideranças – representantes de partido, ou algo do tipo. Havia sim, apoiadores da luta como, por exemplo, a presença de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, estudantes da UFAL – Campus Sertão, e posteriormente com a criação da associação de moradores e moradoras, a RP – Resistência Popular⁴⁰ comunitária que atuava junto à associação de moradores do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro. Nesse sentido, podemos considerar que o ato de ocupação partiu de uma iniciativa autônoma e coletiva com um número predominantemente de mulheres. Porém, apesar da efervescência das ações iniciais, da luta imediata pelas casas, não se tinha ainda um movimento de moradia consolidado em sua totalidade, esse cenário não mudou muito devido a questões próprias do processo de ocupação. Desse modo, atualmente as demandas e urgências das famílias que residem no conjunto são reivindicadas via associação, que tem enquanto presidente um homem. Conta também, com uma diretoria feminina, e a participação efetiva das associadas, e homens em sua minoria nos espaços de reuniões onde são discutidas estratégias e ações da comunidade.

Em relação a pouca presença dos homens nos espaços de discussões referente a melhorias para as famílias do conjunto, relata Lia⁴¹, (49 ANOS, 2020) “acho que é porque as mulheres enfrentam mais né? ou seja, o cadastro... alguma coisa assim pode ser no nome delas e elas têm mais habilidade pra enfrentar essas reuniões mesmo né”. Constata-se que entre as entrevistadas a maioria delas são as responsáveis economicamente pelo sustento de suas famí-

40 O ato fundacional da RP comunitária no Conjunto Habitacional Sônia Monteiro ocorreu no dia 30 de agosto de 2015. Para mais, a RP é uma tendência ligada a FARPA – Federação Anarquista dos Palmares, integrante da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). Assim, o comitê comunitário era formado na época por militantes da Farpa e quatro moradores da ocupação, duas mulheres e dois homens. Entre as ações do comitê estavam à realização de cine-debates com temáticas que envolviam a discussão sobre o direito à moradia, formação política, participação nas reuniões da associação e nos atos de rua.

41 Entrevista feita em 11 de Fevereiro de 2020 com a moradora e sócia da associação de moradores e residente do Conjunto Habitacional Sônia Maria Monteiro: Bairro Eldorado, Delmiro Gouveia –AL.

lias, e que a pouca participação dos homens, e mesmo a ausência, ou o menor interesse por parte desses revela a reprodução de relações construídas em função dos papéis sociais de gênero. Desse modo, acrescenta Amélia (42 ANOS, 2020):

É mais mulheres... eu acredito que a participação é mais das mulheres porque as mulheres, entendeu? São elas quem sofre mais, porque são elas que são as donas de casa, fica mais em casa... Entendeu? São elas que corre atrás de água né? São elas que... é somos nós que, comé...que sofremos mais! Assim, não em questão que o homem não sofre. Sofre! mas geralmente o homem tá trabalhando...né? e aqui também tem muita mulher mãe solteira, aqui na comunidade (grifo nosso)⁴².

Notamos a princípio, que a “casa tem um significado diferente de acordo com o gênero. De maneira geral, ela representa um espaço de segurança e estabilidade para as mulheres e seus filhos”, conforme afirma Carle-Marsan, Latendresse e Levy (2013, p. 311). Sob o mesmo ponto de vista, e a partir da realidade narrada pelas interlocutoras da presente pesquisa, observamos que essas são algumas das circunstâncias que colaboram para que grande parte das ações coletivas dentro dos movimentos, articulações, e associações vinculadas à luta por moradia e a cidade tenham uma significativa participação de mulheres. Segundo comenta Viana (2005, p. 83), embora “não tenham emergido, de fato, de uma consciência feminista, a simples atitude de revelar-se sujeito que manifesta-se, posiciona-se e disputa poderes, já as coloca na arena política e põe em questão os papéis a elas tradicionalmente conferidos”, possibilitando que elas próprias através da vivência de outros espaços questionem a atribuição de tais papéis.

Figuras 5 – A participação das mulheres nos espaços de debate e luta



42 Entrevista feita em 11 de Julho de 2020 com a moradora e sócia da associação de moradores e residente do Conjunto Habitacional Sônia Maria Monteiro: Bairro Eldorado, Delmiro Gouveia –AL.

Fonte: Página facebook da RP/comunitária.⁴³

Fonte: Página facebook da RP/comunitária.⁴⁴



Fonte: Camila Rodrigues. 11/01/2018.



Fonte: Camila Rodrigues. 11/01/2018.

A “situação de carências pode gerar uma identidade tênue e provisória, que se esgota no próprio movimento, alcançando objetivos imediatistas. No entanto, isso não significa que a perspectiva de conexão com interesses mediatos seja definitivamente descartada” afirma Saffioti (1988, p. 154, apud VIANA, 2005, p. 83). Nessa perspectiva, para nós a fundamentação feminista como norteadora de ações e articulações das mulheres dentro dos espaços decisórios é essencial, sobretudo, enquanto meio viabilizador da emancipação dessas. Porém, ressaltamos que na prática a luta imediata, ligada as urgências que implicam a reprodução da vida, tem sido crucial para as mulheres que lidam diariamente com questões que exigem delas posicionamento. Desse modo, observamos que o processo de ocupação foi muito importante para a construção não só de uma identidade coletiva, que foi sendo forjada a partir da luta, mas também, para o fortalecimento individual dessas mulheres. Conforme podemos observar na fala de Iza (31 ANOS, 2020):

Bom, minha opinião é... nas reunião da associação uns vão e outros não. Uns colabora e outros não. E... a gente deu uma paradinha nas reunião por causa dessa pandemia. Mas vai 20 pessoas, 10 pessoas... 15. Uns vão outros não. Tem o que? Eu acho que aqui dentro deve ter uns 50 cadastrado antigo. A maioria não tem cadastrado! Mas a gente tá lutando... pra gente ter nosso papel desse teto. E quando passar essa pandemia a gente vai voltar a luta de novo né? Porque não acabou a luta! Ainda vamo lutar, nois que mora aqui dentro ainda vamo lutar por melhoras pra nois. Vamo lutar mais ainda. Deixar passar tudo isso a gente vai lutar né? Voltar nossas reunião... que nois tinha, era muito boa as reunião, as palestras. Era muito boa...a gente deu uma parada porque começou esse negócio de pandemia. Mas a gente vai voltar, mas a gente tá ainda lutando... nois tamo lutando, em casa mesmo! Mas nois tamo lutando. É mais mulheres, raramente tem homem. Mais as mulheres, muito di-

⁴³<https://www.facebook.com/ocupacao369casas/photos/a.425164537687695/425164317687717/>. Disponível na página. Acesso em 06 de Outubro de 2020.

⁴⁴<https://www.facebook.com/ocupacao369casas/photos/pcb.726782994192513/726782780859201/>. Disponível na página. Acesso em 06 de Outubro de 2020.

fácil ter homem! Tem mais não é muito. É mais mulheres... as mulheres participa mais (grifo nosso).

Desse modo, ressaltamos a importância do envolvimento das mulheres dentro das organizações comunitárias visualizando que os papéis por elas assumidos na luta as colocam em aprendizado tanto individual quanto coletivo. Ao passo que, “elas podem, portanto, lutar com eficácia pelas necessidades estratégicas que começam a apreender por meio das lutas imediatas” (CARLE-MARSAN, LATENDRESSE e LEVY, 2013, p. 318). Assim, observamos através dos relatos obtidos entre elas que as urgências diárias ligadas à moradia e permanência no conjunto implicam outras reivindicações estando para além de um teto e suas paredes. Conforme nos diz Rute (21 ANOS, 2020):

Assim, aqui no conjunto o que afeta muito a gente é a falta de saneamento básico, é...termino da creche parou né? Tão retomando agora a obra, as obras. Mas se já tivesse concluído muitas mães não taria passando sufoco né? De ter que trabalhar e não ter com quem deixar seus filhos...eu quando tava trabalhando, até fevereiro desse ano... eu tava trabalhando no mercado da minha mãe. Ai eu não tinha com quem deixar minha filha, e também a creche não tava funcionando ainda, não tinha como deixar ela também. Ai eu levava ela! Sabe? assim pro mercado. Não tinha com quem deixar ai tinha que levar ela. Saneamento básico também que ainda não tá concluído e a falta de água. A falta de água é muito ruim aqui! Porque nem sempre a gente tem água pra lavar um prato, pra lavar as roupas... Às vezes chega, as vezes não chega. Ai é muito ruim também, é muito difícil. A gente tá lutando por isso também! Ah, eu esqueci de falar também na parte do saneamento básico que prejudica muito a gente também... as crianças né? No caso também... é porque escorre muita, muito esgoto sabe? no meio das ruas...por falta do saneamento básico! As vezes fica um esgoto a céu aberto assim, sabe? nas ruas...e isso prejudica muito principalmente as crianças no fato de pegar doenças, mau cheiro, essas coisas sabe? nojentas que fica no meio da rua. Aqui na nossa rua não tá tão assim...quer dizer não tá mais assim, porque é...a associação fez um trabalho aqui de cada um fazer a sua rede de esgoto na sua casa sabe? a gente fez as caixinhas, puxou os canos, puxou os canos prá o cano descer diretamente no esgoto. Ai a nossa não tá assim mais a céu aberto, nem prejudicando os vizinhos... a nossa a gente já teve que tomar uma decisão né? Teve que tomar a iniciativa e a gente mesmo fez! Já que o Estado não veio fazer né? Ai a gente mesmo fez pra não ta passando por isso (grifo nosso)⁴⁵.

Diante do exposto, e com base na análise dos elementos que aproximam as falas das moradoras quanto às dificuldades enfrentadas por elas, que em sua maioria são mães e únicas responsáveis por suas famílias, observou-se que entre o conjunto de reivindicações, o não funcionamento da creche que teve suas obras iniciadas em 02 de Junho de 2014 com término previsto para 03 de Março de 2015, a falta de saneamento básico, e a falta de água as impactam de forma mais direta.

45 Entrevista feita em 06 de Julho de 2020 com a moradora e sócia da associação de moradores e residente do Conjunto Habitacional Sônia Maria Monteiro: Bairro Eldorado, Delmiro Gouveia –AL.

Figuras – 6 A situação habitacional das famílias do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro



Fonte: Página facebook da RP/comunitária.⁴⁶



Fonte: Página facebook da RP/comunitária.⁴⁷



Fonte: Página facebook da RP/comunitária.⁴⁸



Fonte: Página facebook da RP/comunitária.⁴⁹

Em relação a falta de infraestrutura no Conjunto Habitacional e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelas mulheres, relata a moradora Moana⁵⁰, (30 ANOS, 2020): “é a questão que é mais difícil aqui, principalmente pra gente mulher que fica aqui no dia a dia na luta diária de casa, de limpar um muro, de.... sabe?”. Desse modo, é importante que se ressalte que todas as 10 mulheres entrevistadas demonstraram o mesmo descontentamento em relação ao descaso dos responsáveis diante das condições de moradia das famílias.

⁴⁶<https://www.facebook.com/ocupacao369casas/photos/pcb.434199916784157/434199523450863/>. Disponível na página. Acesso em: 06 de Outubro de 2020.

⁴⁷<https://www.facebook.com/ocupacao369casas/photos/pcb.434199916784157/43419951011753/>. Disponível na página. Acesso em: 06 de Outubro de 2020.

⁴⁸<https://www.facebook.com/ocupacao369casas/photos/pcb.434199916784157/434199473450868/>. Disponível na página. Acesso em: 06 de Outubro de 2020.

⁴⁹<https://www.facebook.com/ocupacao369casas/photos/a.424311917772957/424310917773057/>. Disponível na página. Acesso em: 06 de Outubro de 2020.

⁵⁰ Entrevista feita em 06 de Julho de 2020 com a moradora e sócia da associação de moradores e residente do Conjunto Habitacional Sônia Maria Monteiro: Bairro Eldorado, Delmiro Gouveia –AL.

A moradia “deve ser entendida de forma ampla, não se limitando à própria casa” pontua Rolnik (2011, p. 6). Logo, “em linhas gerais, tanto no meio urbano quanto no meio rural, o direito à moradia inclui sete elementos” que segundo a autora Rolnik (2011, p.6), na sua abordagem sobre o que é o direito à moradia são os seguintes – segurança da posse, habitabilidade, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada, adequação cultural, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis e custo acessível. Ademais, apesar de todas as dificuldades relacionadas à falta dos elementos acima citados ao falar sobre a importância da moradia em suas vidas, as entrevistadas pontuam: “ter uma casa tirando Deus, é tudo. Por que eu não teria onde morar, e hoje tenho vivo dignamente respiro em paz e estou tranquila. Vivia antes humilhada aguentando quieta, sem reclamar”, (EMMA, 58 ANOS, 2020)⁵¹, “a importância de uma moradia pra mim é... ter um lugar pra chamar de nosso né? Ter um teto pra chamar de nosso, uma casa... um lugar onde a gente sabe que não vai sair, que não vai perder”, (RUTE, 21 ANOS, 2020). Ainda sobre a importância da moradia, acrescenta Madalena (40 ANOS, 2020):

Af...é tudo, é tudo... não tem coisa melhor do que você tá em... tá em algum lugar e você sabe que você tem para onde você ir, que você tem para onde a gente levar seus filhos, que você tem esse refúgio! Então para mim a moradia aqui é o meu refúgio! refúgio da minha família, das minhas filhas. Eu não tenho nem... para dizer assim para você porque a pior coisa é você tá morando de aluguel, você faltar o dinheiro para pagar e a pessoa dizer você vai ter que desocupar a casa. Aí você se ver aperreada! pra onde é que eu vou agora? ou então você está de favor na casa de alguém aguentando abusos, picuinhas... Oxe aqui, aqui é meu tudo! (grifo nosso)⁵².

Aliás, “a determinação de ocupar de muitas mulheres era motivada pelo cansaço proveniente de inúmeros transtornos face às mudanças repentinas de local de moradia. Às vezes, por conta de despejos de casas de aluguel não pagas regularmente” (VIANA, 2005, p. 85). Ademais, essa é uma situação vivenciada por todas as moradoras que contribuíram com essa pesquisa. Segundo nos fala a entrevistada Eva (49 ANOS, 2020):

Antes eu morava no Bom Sossego... né? pagava aluguel, né... eu pagava aluguel. aí teve um cadastro a muitos anos atrás para a gente ganhar uma casa. aí eu me escrever na prefeitura, aí o meu nome veio... só que como custou muito é... entregar a chave e as casas foram abandonada! aí o povo invadiu né?⁵³

51 Entrevista feita em 22 de Junho de 2020 com a moradora e sócia da associação de moradores e residente do Conjunto Habitacional Sônia Maria Monteiro: Bairro Eldorado, Delmiro Gouveia –AL.

52 Entrevista feita em 10 de Julho de 2020 com a moradora e sócia da associação de moradores e residente do Conjunto Habitacional Sônia Maria Monteiro: Bairro Eldorado, Delmiro Gouveia –AL.

53 Entrevista feita em 10 de Julho de 2020 com a moradora e sócia da associação de moradores e residente do Conjunto Habitacional Sônia Maria Monteiro: Bairro Eldorado, Delmiro Gouveia –AL.

Evidencia-se que as moradoras antes da ocupação do Conjunto Habitacional moravam de aluguel, onde elas alegam terem passado por muitas dificuldades uma vez que, como única renda só tinham o bolsa família e também a insegurança que representava morar de “favor” na casa de familiares e/ou conhecidos.

Observamos a partir das falas a seguir que as dificuldades em relação ao pagamento de aluguel, a insegurança de se morar de “favor” e a preocupação em conseguir equilibrar o pagamento do aluguel e a compra de alimentos são parte da realidade vivenciada por essas mulheres. Segundo nos relata Lucy⁵⁴ (40, ANOS, 2020) “eu morava de aluguel. Na rua...aqui mesmo ne Delmiro Gouveia, é... na Rua Projetada 2 bairro Eldorado. E eu vim pra aqui porque meu marido saiu do trabalho e eu não tive como pagar aluguel”. Sobre essa realidade, a entrevistada Emma (58, ANOS, 2020), relata “eu estava de favôr morando na casa da minha sobrinha, depois fui pra casa da minha irmã, depois passei a morar na casa do meu irmão. Depois o meu irmão precisou da casa dele e falou que não tinha como morar lá”. Ainda sobre o dilema vivido por elas: “antigamente eu vivia assim morando de aluguel, ganhando uma merreca que eu até hoje ganho, porque a pessoa de bolsa família 218 né dinheiro pra ninguém não! a pessoa pra pagar aluguel e da pra comer não né?” (JADE, 34 ANOS, 2020)⁵⁵. Também foi notório o sentimento de indignação ao expressarem tristeza quando relatavam sobre a difícil realidade que as envolvia, principalmente quando elas moravam de aluguel e a falta de alimentação em casa era mais frequente.

Nesse sentido, de acordo com Viana (2005, p.84):

Indiscutivelmente, a mulher tem uma inserção particular nas lutas contemporâneas, seja empunhando bandeiras eminentemente feministas, que visam a destruição das bases da sociedade patriarcal e falocêntrica, seja em lutas de cariz popular como as que envolvem a conquista de moradia e equipamentos urbanos que possam proporcionar-lhes condições dignas de habitabilidade: um lugar, um endereço digno, ou mesmo um pedaço de terra para plantar e para viver, como as luta no meio rural (VIANA, 2005, p.84).

Ainda assim, verificamos que existe “uma forte incidência, nas sociedades, de padrões culturais que reiteram a exclusão das mulheres” conforme analisa Rolnik (2011, p.6). Diante disso, procuramos identificar a existência de possíveis empecilhos que refletiam sobre a parti-

54 Entrevista feita em 22 de Junho de 2020 com a moradora e sócia da associação de moradores e residente do Conjunto Habitacional Sônia Maria Monteiro: Bairro Eldorado, Delmiro Gouveia –AL.

55 Entrevista feita em 10 de Julho de 2020 com a moradora e sócia da associação de moradores e residente do Conjunto Habitacional Sônia Maria Monteiro: Bairro Eldorado, Delmiro Gouveia –AL.

cipação delas nas reuniões da associação, a fim de compreendermos de que maneira se dava a atuação das mulheres na luta por moradia no conjunto. Conforme a fala de Moana (30 ANOS, 2020):

E assim, é... empecilhos às vezes tem né? porque as vezes quando tem reunião aqui, as reuniões dessa associação é aqui no colégio. Que é aqui próximo da minha casa...Escola Raymison. Então, às vezes tem assim... Às vezes é noite, as crianças tão gripada, ou alguma coisa. Aí eu não posso levar no sereno, aí às vezes eu não vou realmente pra reunião não (grifo nosso).

Conseqüentemente, a participação das mulheres na luta por moradia tem acontecido em maior ou menor grau a partir da conciliação do trabalho no âmbito da casa: entre as que afirmam serem casadas, observa-se o cuidado com os/as filhos/as, e cuidado com familiares idosos e afazeres da casa. Exposto esse fato, entre o total de 10 mulheres entrevistadas as que afirmaram não existirem empecilhos – não tinham crianças, seus filhos e filhas já eram maiores de idade, eram separadas, viúvas e/ou moravam sozinhas e contavam com a ajuda de suas filhas. Vale ressaltar que, das 10 entrevistas apenas 02 mulheres afirmaram ter ajuda de seus maridos em algumas atividades da casa. Assim sendo, quando perguntada sobre a importância da luta por moradia e a maior participação das mulheres na associação, relata Madalena (40 ANOS, 2020):

Homem... sei lá, eu não boto muita fé em homem...eu acho que homem é muito egoísta às vezes. A minha opinião é que quando eles chegam a separar das mulheres, é... alguns dos benefícios fica para as mulheres por conta dos filhos eles acham que... Eu acredito que eles acham que isso não vale apenas pra eles. Então deixa nas mãos das mulheres, deixa elas se virarem na comunidade essa é a minha opinião.

Desse modo, “a possibilidade de aceder à propriedade mobiliza as mulheres, as quais, na cultura brasileira, são responsáveis pelo lar” (CARLE-MARSAN; LATENDRESSE; LEVY, 2013, p. 317). Nesse sentido, o comportamento masculino observado com a narrativa da moradora demonstra que além da pauta moradia e direito à cidade, discutir as relações de gênero é uma necessidade dentro do conjunto habitacional. Além do mais, a indiferença masculina em relação à luta feminina no âmbito da moradia reforça ainda mais essa estrutura societária patriarcal.

Segundo a moradora Jade (34 ANOS, 2020) “eu digo pra qualquer pessoa e todo mundo sabe e me conhece eu não tenho onde morar! Eu tenho meus 3 filhos de (8, 11, 12) se eu sair daqui minha fia... eu digo pra qualquer pessoa, digo e provo”. Abandonada pelo marido a moradora reside no conjunto com seus filhos/as através da ocupação das casas, ainda segundo

a entrevistada Jade “oxe aqui minha fia... deve ter uma faixa de uns 8 ano ou uns 7 anos por ai assim que eu tô aqui nessas casinhas”. De acordo com Carle-Marsan, Latendresse e Levy (2013, p. 317) “é, portanto, o papel tradicional das mulheres, qual seja, a condição de mãe, que estaria na origem de sua participação no seio dos movimentos populares de moradia, pois assim seu lugar na esfera pública não é questionado.” Logo, esse fato tem nos causado muita preocupação, pois a “presença delas nesses movimentos obedece à divisão cultural de gênero” (CARLE-MARSAN; LATENDRESSE; LEVY, 2013, p. 317). Ao analisarmos o processo de ocupação e atuação delas na associação identificamos esse tipo de relação, mesmo sendo as mulheres as bases dos movimentos de luta por moradia e direito a cidade, na maioria das vezes seus “representantes” são figuras masculinas – o líder comunitário, o coordenador das reuniões, o representante da associação e etc.

Analisamos que a luta das mulheres por moradia no Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, como já pontuado no presente trabalho, parte a princípio de necessidades que visam atingir alguns objetivos imediatos e basilares relacionados às condições de habitação e permanência no conjunto em questão. Quanto às pautas que são levantadas nas reuniões da associação de moradores do conjunto, nota-se que elas são debatidas e reivindicadas conforme sua urgência. Observa-se também, que essas pautas refletem mais sobre a vida das mulheres na ocupação, como por exemplo, as que elas mais reivindicam dizem respeito a falta de infraestrutura: funcionamento da creche, saneamento básico, e regularização da água. Desse modo, “as mulheres elas são mais interessadas assim, em saber das coisas, em saber como tá o andamento das coisas, o quê que tá sendo feito na comunidade, o quê que vai ser feito pra ajudar todo mundo”, (RUTE, 21 ANOS, 2020).

A responsável por organizar as reuniões dentro do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, é a Associação de Moradores. Dessa maneira, o formato de reunião pode ir mudando conforme as demandas da comunidade, “todas as reunião eu estava eu ia, eu assinava os papel. Eu só não ia quando é assim, eu estudo a noite né? Quando tinha aula eu não ia. Mas eu falava com o rapaz e explicava o motivo que eu não ia”, (IZA, 31 ANOS, 2020). O rapaz que a entrevistada Iza se refere é o presidente da associação. Assim, as reuniões acontecem geralmente entre os próprios moradores com a presença do presidente da associação, e as partes que formam a diretoria. Pois, segundo destaca Amélia (42 ANOS, 2020):

Desses 10 anos pra cá... só foi a água que colocaram (se equivocou é a energia) porque o saneamento básico nada, o governo ficou né? De arrumar as casas e tal...e as casas tão tudo do mesmo jeito! Quem colocou muro, porta essas coisas assim já foram os próprios moradores. E eu acho aqui um pouco esquecido. Existe sim descaso, não vou menti pra você. Político aqui só chega aqui é... em época de eleição, num

aparece um! É o governo... o governador né? o Renan Filho veio aqui olhou disse que ia fazer e desfazer...disse que ia ajudar a gente até hoje nada! Já vieram varias infraestruturas (no caso a secretária) pra cá pra terminar as casas e só vejo tirar foto isso e aquilo (grifo nosso).

Evidencia-se a partir do que foi colocado por Amélia, que já se passaram muitos anos e os mesmos problemas persistem. Ou seja, não houve grandes avanços com relação a melhorias para que as famílias vivam dignamente no conjunto. Vale destacar que a regularização da energia para o conjunto é fruto da organização dos moradores e de suas reivindicações. Desse modo, é compreensível que haja uma falta de credibilidade por parte das famílias que habitam o conjunto em relação a tais promessas, algo bem característico em “época de eleição” como ressalta a moradora.

Sobre a permanência das famílias no conjunto habitacional após a ocupação das casas, buscamos entender se houve algum tipo de conflito envolvendo estas, prefeitura da cidade, sociedade local, ou outros órgãos públicos. Segundo José Ivanildo, presidente da associação de moradores:

Com o Município não. Mas nós tivemos com a secretaria de SEINFRA do Estado, onde ela veio pela primeira vez. Que ela tava com a ordem de desocupação aí houve confronto né, dos moradores que já estavam nas casas... Aí foi esse! E também, teve o meio de comunicação dentro da comunidade, a mobilização pra que as pessoas não saíssem. Mas com o Município não. Mas tivemos sim um pouco com o Estado, foi quando a secretaria veio no começo dizendo que era pra sair das casas. Aí, houve esse pequeno confronto! Teve uns dois ou foi três.

Nesse sentido, segundo reforça Iza (31 ANOS, 2020) “estamos lutando ainda, e vamos lutar até o fim. Ninguém vai desistir, e estamos aqui pra nós lutar. O que nós puder fazer a gente vai fazer! se tiver luta, vai ser luta por cima de luta” A presença das mulheres dentro dos espaços de debate no Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, além de muito notória é considerada por essa pesquisa, como de grande relevância para compreendermos a forma como a mulher sertaneja tem articulado a luta pelo acesso a moradia e a cidade. Desse modo, podemos notar a participação delas em reuniões, atividades/debates, e em atos de ruas o que demonstra que elas são as mais ativas e participativas na luta por moradia. Acrescenta-se, que segundo o Presidente da Associação de Moradores, José Ivanildo, moram no conjunto “330 mulheres e 65 sócias. A quantidade é mais ou menos essa aí, por que assim, sempre é... são quantidades variáveis”, relata ele ao ser questionado sobre o número de mulheres que atualmente moram no conjunto, e o número de mulheres que fazem parte da associação de moradores do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da moradia no Brasil tem sido discutido desde o início do século XX. Historicamente as populações menos favorecidas são as que mais sofrem com a falta de acesso a moradia e o direito a cidade. A questão habitacional além de ser muito complexa, envolve diversos fatores que refletem sobre a forma como determinada família pode adquirir sua moradia. Entre estes destacamos que a reprodução do espaço capitalista, a especulação imobiliária, o preço da habitação, a renda da população, e as políticas habitacionais existentes são elementos essenciais que merecem atenção quando tratamos da realidade socioespacial da classe trabalhadora brasileira no século XXI.

É inegável que a questão habitacional necessita ser tratada como um problema social. Desse modo, entre as falhas que comprometem o funcionamento das políticas públicas na área da habitação, sobretudo, em relação à provisão de moradias populares no Brasil, os empasses envolvendo as questões sociais e os objetivos empresariais tem dificultado a efetivação de tais políticas. Dentro dessa perspectiva, em relação a suprir a carência da moradia, as políticas públicas precisam ter enquanto premissa norteadora de suas ações, a inclusão social por meio da promoção de moradia. Ressaltamos ainda que, o problema habitacional não se limita a produção de casas, e que as políticas devem assim atuar também, propiciando meios que incluam dignamente a população pobre na cidade, como por exemplo, disponibilizando infraestrutura adequada.

Como vimos, é a população pobre que mais tem sofrido com a falta de acesso à moradia e direito à cidade. Sobre a realidade socioespacial brasileira, enfatizamos que existem muitos desafios a serem superados. Em termos de avanços institucionais, enxergamos que mesmo com suas limitações, as políticas públicas que tratam da questão habitacional brasileira, tem sua relevância. No entanto, esse fato não as isenta de críticas ao modo como elas operam. Tendo em vista que, a promoção de moradia através das políticas públicas para as famílias de baixa renda é algo crucial.

Sobre a eficácia das Políticas Públicas Habitacionais, avaliamos que no tocante as estratégias de combate às desigualdades sociais, pouco tem sido realizado para que o problema com a falta de moradia seja solucionado. Atrelada a essa questão, a falta de serviços públicos essenciais à habitação é outra realidade que precisa ser discutida de forma paralela ao modo de apropriação e usos do espaço urbano na sociedade capitalista.

Além disso, para agir de maneira eficiente as políticas habitacionais precisam ter como prioridade a participação da população nos espaços de discussões e elaboração dessas

políticas e dos projetos. Assim, tem-se uma maior chance de tais políticas atuarem de acordo com a realidade do público beneficiário dos programas de habitação. Acredita-se que a elaboração de ações, avaliação dos programas habitacionais, desempenho dos programas, situação de efetivação e os reflexos sobre o público alvo, devem fazer parte do diagnóstico de execução da política habitacional no Brasil.

Como já mencionado na presente pesquisa devemos analisar outras variáveis que precisam ser incluídas dentro do debate sobre o acesso a moradia e o direito a cidade. Ou seja, que aponte outros elementos da problemática habitacional brasileira, que se disponha a contribuir com a discussão a cerca da posição da mulher na sociedade urbana patriarcal, demonstrando que as mulheres vivenciam de forma direta os impactos da falta de moradia, do acesso que a elas são negados a cidade a partir da constituição dos espaços: público (entendido como o espaço masculino) e o privado (entendido como o espaço feminino). Dessa maneira, pontuamos também que as políticas assistencialistas promovidas pelo Estado, tem reforçado o que socialmente é imposto as mulheres, como por exemplo, a titularidade residencial em programas de moradia deveria ser direcionada para as mulheres, a partir do entendimento das relações de gênero e das consequências do patriarcado na condição material das mulheres.

Como pudemos observar a produção espacial não acontece de forma adversa às relações sociais de uma sociedade. Desse modo, do ponto de vista das relações de gênero o espaço não é neutro. Ao contrário, sua reprodução sob a ótica masculina, contribui para que as mulheres vivenciem cotidianamente a segregação socioespacial.

Ao pesquisarmos sobre o problema da moradia pudemos compreender a partir da atuação de três movimentos sociais de luta por moradia no Brasil – Liga dos Inquilinos (1917-1919), MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (1997), e o MOB – Movimento de Organização de Base (2013) – que a moradia é algo basilar para manutenção e reprodução da vida, por esse motivo é um direito que deve ser garantido a toda população. Reivindicar que a propriedade cumpra sua função social, reivindicar os espaços de uma cidade é lutar por justiça social. Nesse sentido, as concepções desses movimentos em relação ao tema moradia e ao direito a cidade, como suas lutas contra o modelo de cidade concebida pelo capital são contribuições necessárias à sociedade brasileira.

A partir do estudo realizado sobre o processo de ocupação do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro do (PMCMV), percebemos que a realidade habitacional da mulher sertaneja ainda é um tema pouco debatido no meio acadêmico. Assim, sentimos a necessidade de pesquisar sobre a situação habitacional das mulheres no Município de Delmiro Gouveia/AL, como forma de evidenciar a luta por moradia travada pelas mulheres no referido conjunto resi-

dencial. Nesse seguimento, procuramos averiguar de que maneira acontece a participação das mulheres nos espaços de debate, como por exemplo, como elas se organizam a partir da inserção na associação de moradores do conjunto.

Através da aplicação dos questionários realizamos entrevistas com 10 moradoras do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, que também são sócias da associação de moradores. A partir dos relatos cedidos por elas, obtivemos as seguintes informações: que as mulheres participam mais que os homens das atividades envolvendo o conjunto habitacional; que são elas as responsáveis economicamente pelo sustento de suas famílias; que o processo de ocupação foi muito importante para o fortalecimento individual e coletivo das mulheres no conjunto; que as demandas diárias implicam outras reivindicações que estão para além de um teto e quatro paredes. Entre os elementos que mais aproxima suas falas, observa-se: que a maioria das entrevistadas são mães e únicas responsáveis por suas famílias; entre o conjunto de reivindicações – as pautas mais reivindicadas são o funcionamento da creche, saneamento básico e regularização da água problemas que as impactam diretamente.

As 10 mulheres entrevistadas ressaltam o descontentamento delas em relação às condições de moradia vivenciadas por elas no conjunto. No entanto, apesar das dificuldades por elas enfrentadas, relatam que a moradia é algo muito importante para as suas vidas. Sobre o que as levou a habitarem o conjunto em questão, afirmam que o fato de morarem de aluguel ou de favor, e a demora em relação a entrega das casas pelo programa às famílias foram os principais motivos, uma vez que, a única fonte de renda segundo elas era o bolsa família. Sobre os empecilhos que de certa forma pudessem dificultar a participação delas nas reuniões da associação de moradores, notamos o seguinte: as mulheres que não tinham crianças, seus filhos e filhas já eram maiores, separadas, viúvas, e a que morava sozinha e tinha (ajuda das filhas) afirmam não existir empecilhos que comprometiam sua ida as reuniões e atividades. As que afirmaram existir justificam que o horário das reuniões (noturnas) e o fato de ter crianças pequenas por vezes dificultavam.

Ao analisarmos que são as mulheres que lidam diariamente com os problemas da falta de infraestrutura, e que são elas que sofrem diretamente os impactos relacionados às condições de moradia no conjunto, ressaltamos que a participação das mulheres no processo de luta por moradia no Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, é muito necessária. Como também, importante para que elas possam se inserir socialmente em outros espaços.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Mara Tereza Oliveira de; Cavalcante, Mariza Souza. As primeiras lutas por moradia popular em Manaus: vida e militância da irmã Helena Augusta Walcott. Florianópolis, Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 Desafios Atuais dos Feminismos, 2013.
- AZEVEDO, Sergio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 22, nº 04, p. 107-119, out./dez. 1988.
- ARAÚJO, Flávia de Sousa; CUNHA, Rodrigo Procópio; SANTOS, Carolina Gonçalves dos. Os impactos do programa minha casa minha vida em Maceió/AL: o caso da vila dos pescadores. XVII Enanpur, São Paulo, 2017.
- ALGARVE, Giovana; GOBBO, José C.; SEINO, Eduardo. Abertura política e redemocratização brasileira: entre o moderno-conservador e uma “nova sociedade civil”. *Sem Aspas*, Araraquara, v. 2, n. 1, 2, p. 31-42, 2013.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. SOS CORPO Instituto Feminista para a democracia; Instituto Patrícia Galvão. – Recife, 2014, p. 13-49.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2012.
- BRASIL, Estatuto da Cidade. – 3º ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- CARLE-MARSAN, M.; LATENDRESSE, A.; LEVY, C. Movimento popular urbano e mulheres no Brasil: uma experiência de feminização das políticas públicas de habitação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 18, n. 63, Jul/Dez. 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2018. (Repensando a Geografia).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CORRÊA, Felipe. **Criar um povo forte: contribuições para a discussão sobre Poder Popular**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2010.
- CORRÊA, Felipe. **Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Série Princípios).

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Disponível em < <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2265149>>. Acesso em 07 de julho de 2020.

FERREIRA, S.L.N.G; QUEIROZ, F.R; ZARIAS, A. Mulheres e o direito à moradia: a função social da propriedade na perspectiva de gênero. Paraíba, p. 186-202. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. 2012.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Ano 13, 2019.

GARCÍA, María Franco; MONTEIRO, Karoline dos Santos. Acesso das mulheres à terra e ao território no Brasil: entraves e estratégias das camponesas quilombolas no espaço agrário da Paraíba. In: Júnior, M.A.M; GARCIA, M.F; VIANA, P.C.G (org.) **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. – 1ªed. – São Paulo: Outras expressões. 2015, p. 309-357.

GUALBERTO, Andreza Rohem; SILVA, Silvana Cristina da. Cidade, gênero e classes sociais. Natal, XVIII Enanpur, 2019.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019

HARVEY, David. O direito à cidade. Revista Lutas Sociais. São Paulo, n° 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Características da população e dos domicílios, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/delmiro-gouveia/pesquisa/23/24304>> . Acesso em 17 de junho de 2020.

JUNIOR, Carlos Teixeira de Campos. Valorização do capital na produção imobiliária: distanciamento entre o preço da moradia e o do salário. In. PEREIRA, P. C. X. (org.). **Imediato, global e total na produção espaço**: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018.

LIMA, Denise Furtado Alencar. A política de titularidade residencial feminina no contexto da política pública habitacional. 2012, P.8-129. (Políticas públicas e sociedade) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo – Roteiro da Libertação Social**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

- MARTINS, Bruno Xavier. Modelo crítico de expansão do setor imobiliário brasileiro ao programa minha casa minha vida. *GEOgraphia*, São Paulo, Ano. 18 - Nº36, p. 86-107, 2016.
- MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- MOB – Movimento de organização de base. Movimento social. Disponível em: <<https://organizacaoabase.wordpress.com/>>. Acesso em: 21 de abril, 2021.
- MTST – Movimento dos trabalhadores sem teto. Movimento social. Disponível em: <<https://mtst.org/>>. Acesso em: 21 de abril, 2021.
- NABOZNY, Almir. Espaço urbano: do acesso pelos direitos formais à coerção velada da participação política feminina. *R. RAËGA*, Curitiba, n. 13, p. 65-74, 2007.
- OLIVEIRA, Nathalia C. As mulheres e os movimentos dos sem-teto no Brasil: análise das relações sociais de classes e sexos. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.144-159, jul./dez. 2012.
- RAGO, Margareth, BIAJOLI, Maria C.P. **Mujeres libres da Espanha: documentos da revolução espanhola**. Rio de Janeiro:Achiamé, 2007.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Justiça e direito: um debate sobre o urbano. *Revista Cidades*. Vol. 13, nº 22, ano 2016.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4º ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Repensando a Geografia).
- ROLNIK, Raquel. (coord). Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?. Blog da Raquel Rolnik. 2011. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/12/guia-mulheres-pt_ok.pdf> . Acesso em: 14 de outubro, 2020.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, 2011. Disponível em:<<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=885853>>. Acesso em 08 de Julho, 2020.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O Poder do Macho**. 11ª impressão. São Paulo:Moderna, 1987.
- SALES, A. A.; TORRES, I.C. A atuação das mulheres na luta por moradia: um olhar sobre o movimento orquídeas em Manaus. Florianópolis, Seminário Internacional Fazendo Gênero. 2017.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Jéssica Gomes. “Minha casa, minha vida”: possibilidades de emancipação política para as mulheres?. Santa Catarina, II Seminário de Nacional de Serviço, Trabalho e Política Social. 2017.
- SILVA, Ana Flávia Costa da. As mulheres na disputa pelo território: sobre autonomia e direito à moradia. São Paulo, XVII Enanpur, 2017.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. Florianópolis, v.22, n.44, p 117-134, jul./dez. 2007.

SILVA, Mércia Maria Alves da. Mulheres e direito à cidade: dilemas para igualdade de gênero no âmbito das políticas públicas de habitação. Florianópolis, Seminário Internacional Fazendo Gênero. 2017.

SOUZA, Rodrigo Vargas. Questão de moradia: ocupações como experiência autogestionária. Cadernos NAUI, vol. 6, n° 10, p. 61-87, jan./jun. 2017.

SOUZA, Natália. Famílias sem-teto ocupam terreno de residencial em Delmiro Gouveia, AL. **G1 Alagoas**. Maceió, 12 de agosto, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/08/familias-sem-teto-ocupam-terreno-de-residencial-em-delmiro-gouveia-al.html>>. Acesso em: 21 de abril, 2021.

SOUZA, Isabela. Entenda o Programa Minha Casa, Minha Vida. **Politize!**, 8 de junho, 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/minha-casa-minha-vida-entenda>>. Acesso em: 21 de abril, 2021.

TOLEDO, Edilene. “Para a União do proletariado brasileiro”: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da primeira república. Revista Perseu, Nº 10, Ano 7, p. 11-31, 2013

TONELLA, Celene. Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. Revista Sociedade e Estado. Brasília, vol. 28, n° 01, p. 29-52, jan./abr. 2013.

VIANA, Masilene Rocha. O gênero da luta pelo direito à casa e à cidade. **Avesso avesso**. Araçatuba. v. 3, n. 3, p. 77· 97, jun. 2005.

APÊNDICES

Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus Sertão
Pesquisadora:
Orientadora:
Data:

PESQUISA COM MORADOR E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES (AS) DO CONJUNTO HABITACIONAL 369 CASAS, BAIRRO ELDORADO, DELMIRO GOUVEIA – AL.

NOME:
IDADE:
CIDADE:
FILHAS/OS:
PROFISSÃO:

PERGUNTAS

1. O Conjunto Habitacional 369 casas faz parte de algum programa de assistência à moradia? Se sim, qual o programa e quais os requisitos para ser beneficiada (o)?
2. Como você ficou sabendo do programa?
3. Em que ano se inicia a construção das casas e qual foi à data estabelecida pelos responsáveis para conclusão e entrega as famílias?
4. O que impulsionou a ocupação das casas pelas famílias?
5. Como se deu esse processo de ocupação houve algum conflito com a prefeitura da cidade e/ou sociedade local?
6. Atualmente quantas famílias moram na comunidade e quais os desafios enfrentados?
7. Qual a situação das famílias em relação à documentação das residências?
8. Como tem sido a participação da comunidade na luta por moradia: homens, mulheres, crianças e adultos?
9. Em que data você assume a presidência da associação e qual o período de sua gestão?
10. Como foi o processo de escolha de escolha para presidência? Para você enquanto presidente, quais são os desafios?

Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus Sertão

Pesquisadora:

Orientadora:

Data:

PESQUISA COM MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES (AS) DO CONJUNTO HABITACIONAL 369 CASAS, BAIRRO ELDORADO, DELMIRO GOUVEIA – AL.

NOME:

IDADE:

CIDADE:

FILHAS/OS:

PROFISSÃO:

ESTADO CIVIL:

PERGUNTAS

1. Como você conheceu o Conjunto Habitacional 369 casas:
 Cadastro do PMCMV
 Através do processo de ocupação das casas
 Através de Familiares e/ou amigos
2. Onde você e sua família moravam antes de conhecer o Conjunto Habitacional 369 casas? O que te motivou a vir morar nessa ocupação?
3. Quantas pessoas moram em sua casa atualmente? Quantos anos tem que você reside na comunidade? Qual era sua fonte de renda/trabalho antes de chegar à comunidade e atualmente?
4. Qual o significado da moradia em sua vida e quais são as dificuldades enfrentadas na comunidade 369 casas cotidianamente?
5. Como tem sido o processo de luta por moradia até o presente momento?
6. A partir de sua vivência enquanto moradora da comunidade como você avalia a participação masculina e feminina nos espaços de discussão sobre o direito a moradia dentro e fora da comunidade?
7. Existe algum empecilho que dificulte sua participação nas atividades da comunidade? Se sim, quais?
8. O que mais tem te afetado enquanto mulher no Conjunto Habitacional em relação à falta de infraestrutura? De que forma isso tem refletido no seu emocional e nas suas relações familiares?
9. Por favor, gostaria que você me descrevesse como é sua rotina (atividades ligadas a casa, trabalho fora e participação na construção da luta por moradia na comunidade).
10. Como foi o processo de escolha para nomeação da presidência da associação de moradores? Como você descreve a comunidade a partir do processo vivenciado por você desde o momento de ocupação das casas até os dias de hoje?

Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus Sertão

Pesquisadora:

Orientadora:

- Pesquisa com militante do Movimento de Luta por Moradia no Brasil

Nome:

Idade:

Movimento social:

Cidade:

Data:

PERGUNTAS

1. Como você conheceu o MOB? Antes de conhecer o MOB você já atuava em algum outro movimento? O que te motivou a fazer parte desse movimento?
2. Qual sua atuação dentro do movimento?
3. Como você define o movimento no qual é militante?
4. Para você qual a importância do MOB tendo em vista a realidade habitacional no Brasil?
5. Como se deu o processo de ocupação da área onde o militante tem atuação?
6. O que impulsionou a ocupação da área pelas famílias? Houve algum conflito com a prefeitura da cidade e/ou poderes da sociedade local?
7. Atualmente quais os principais desafios que as famílias da área ocupada enfrentam?
8. Como você avalia a participação da comunidade na luta por moradia: homens, mulheres, crianças, jovens e idosos? Como tem sido a relação entre o MOB enquanto movimento social de luta e os moradores e moradoras?

Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus Sertão

Pesquisadora:

Orientadora:

- Pesquisa com coordenador – Casa dos Conselhos de Direitos e Setoriais.

Nome:

Idade:

Função:

Cidade:

Data:

PERGUNTAS

1. Qual a origem dos recursos para financiamento e efetivação do Programa Minha Casa, Minha Vida em Delmiro Gouveia-AL?
2. O programa estabeleceu parceria com alguma empresa privada (exemplo, construtoras) se sim, qual?
3. A construção do Conjunto Habitacional tem início em que ano, e qual foi o tempo estabelecido para sua conclusão e entrega das casas as famílias?
4. Em que gestão municipal ocorreu à implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida em Delmiro Gouveia-AL?
5. Considerando-se o número de famílias que residem no Conjunto Habitacional, por quais motivos apenas 80 famílias se encontram com os títulos de suas residências?
6. Como o Município enxerga e trata o problema da falta de infraestrutura no Conjunto Habitacional (saneamento básico, calçamento das ruas, abastecimento de água, iluminação e etc.)?
7. Com as obras paralisadas, a creche do Conjunto Habitacional foi abandonada. Consequentemente, isso tem causado sua deterioração. O que motivou a paralização da obra e qual a previsão para sua retomada?
8. Existe a possibilidade de um novo recadastro? Se sim, como ficaria a situação das famílias que não foram contempladas, levando em consideração o déficit habitacional no Município de Delmiro Gouveia-AL?
9. Em nome de que pessoa da família é feito o cadastro ?
10. Além do cadastro único, o que mais é necessário para fazer parte do programa habitacional?
11. Atualmente qual é o planejamento do Município em relação à problemática habitacional para a cidade de Delmiro Gouveia-AL?
12. Como você avalia o Programa Minha Casa, Minha vida enquanto política habitacional?